

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

PAULO SILA DA SILVA ALVES JUNIOR

**A ATUAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NA PREVENÇÃO DO ESTRESSE E SEUS
EFEITOS NA QUALIDADE DE VIDA DO POLICIAL MILITAR: uma análise sobre as
percepções dos policiais do 1º Regimento de Polícia Montada**

São Luís
2022

PAULO SILA DA SILVA ALVES JUNIOR

A ATUAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NA PREVENÇÃO DO ESTRESSE E SEUS EFEITOS NA QUALIDADE DE VIDA DO POLICIAL MILITAR: uma análise sobre as percepções dos policiais do 1º Regimento de Polícia Montada

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão para obtenção do grau de bacharel em Segurança Pública.

Orientadora: Profa. Ma. Maria de Fátima Ribeiro dos Santos

São Luís
2022

Alves Júnior, Paulo Sila da Silva.

A atuação da espiritualidade na prevenção do estresse e seus efeitos na qualidade de vida do policial militar: uma análise sobre as percepções dos policiais do 1º Regimento de Polícia Montada / Paulo Sila da Silva Alves Júnior. – São Luís, 2022.

82 f

TCC (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais Polícia Militar, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Profa. Ma. Maria de Fátima Ribeiro dos Santos.

1.Espiritualidade. 2.Estresse. 3.Polícia Militar do Maranhão. 4.Qualidade de vida. I.Título.

CDU: 355.11:27-584

PAULO SILA DA SILVA ALVES JUNIOR

A ATUAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NA PREVENÇÃO DO ESTRESSE E SEUS EFEITOS NA QUALIDADE DE VIDA DO POLICIAL MILITAR: uma análise sobre as percepções dos policiais do 1º Regimento de Polícia Montada

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão para obtenção do grau de bacharel em Segurança Pública.

Aprovado em: / / 2022

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Maria de Fátima Ribeiro dos Santos (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão/DCS

Prof. Me. José Antônio Ribeiro de Carvalho
Universidade Estadual do Maranhão/DCS

Cap. QOSPM Milton Antônio Moura Fé Júnior
Polícia Militar do Maranhão

Dedico este trabalho a Deus, o fator *ex nihilo* do Universo, transformou o nada em matéria, um pecador em um fiel.

AGRADECIMENTOS

Dos sonhos, fiz uma estrada. Muitas vezes, árdua, fatigante, íngreme, exigindo renúncia e dedicação concomitantes. Com expectativas de um desbravador, lancei-me nessa estrada, retroceder, jamais, mais uma viagem se encerrando, e os sonhos chamando: Deus vai pilotando.

A Deus, o primeiro-motor, o sustento da minha existência, sem Ele, um pecador depravado jamais conseguiria sequer existir. Companheiro em todas as horas, essência da inspiração, gratidão ao Pai das luzes por toda iluminação, seja intelectual, seja volitiva, em todas elas, retidão.

À minha família, sobretudo, aos meus pais, Carmem Elivanda Soares Alves e Paulo Sila da Silva Alves, e minha irmã, Sâmila Soares Alves. Nenhum sonho teria significado se eu não pudesse compartilhar com vocês os desejos e o sentimento do dever cumprido diante da conclusão de mais uma etapa da minha vida. Foram muitos dias longe, em cidades distintas, em uma jornada totalmente diferente e repentina, contudo, a distância não pôde remover o amor e a presença, que tanto me alcança, desde a nascença.

À minha noiva, no dizer de Aristóteles, não em “ato”, mas em “potência”, Ana Karoline dos Santos da Silva. Amar não é simplesmente olhar um para o outro, é olhar juntos para a mesma direção. Tão feliz quanto eu, você está em êxtase com essa vitória. A melhor parte desse curso foi ter conhecido você. Oh, glória!

À minha orientadora, Profa. Ma. Maria de Fátima Ribeiro dos Santos, pela paciência, ajuda, compreensão, correções manuais, de longe, a melhor docente do Maranhão, e amizade firmada na espiritualidade, porquanto em toda parte vê-se a maldade, aqui, só felicidade.

Portanto, a todos que de algum modo contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui. Gratidão!

*“Colocar uma barreira entre teologia e espiritualidade é pedir a duas pessoas apaixonadas que se relacionem friamente.”
(Alister McGrath).*

RESUMO

O fenômeno da espiritualidade pode ser observado em todas as culturas, sociedades, gêneros e idades. O ser humano, em essência, é religioso. Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as percepções dos policiais militares do 1º Regimento de Polícia Montada (RPMont), da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), acerca da atuação da espiritualidade na prevenção do estresse e seus efeitos na qualidade de vida do policial militar. Ao lado deste, procurou-se investigar as conexões existentes entre o estresse e a capacidade de reabilitação por meio da prática da espiritualidade; identificar a aplicação da espiritualidade ao cotidiano dos policiais do 1º RPMont e verificar a atuação da espiritualidade na prevenção do estresse e seus efeitos na qualidade de vida do policial militar. O pressuposto epistemológico utilizado foi o interpretativo inserindo-se na perspectiva fenomenológica, com abordagem qualitativa e quantitativa (mista), sendo a primeira em maior proporção. Quanto aos fins/objetivos da pesquisa caracterizou-se como exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos para a obtenção de dados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa levantamento e estudo de caso. O instrumento de pesquisa foi o questionário contemplando perguntas abertas e fechadas, cujo tratamento de dados deu-se por análise estatística e de conteúdo. Os resultados aferidos podem ser verificados por intermédio de gráficos associados às análises interpretativas das impressões dos participantes. Dessa forma, os participantes consideram a profissão policial militar estressante, compreendendo que a espiritualidade possui impactos positivos nas adversidades existenciais, sobretudo, por meio da atuação da Capelania Militar. Outrossim, atestou-se que a relação com o transcendente é essencial, sendo exercida de diversas formas, independente de matriz religiosa. Portanto, a espiritualidade contribui para a prevenção do estresse, bem como influencia na qualidade de vida do policial militar.

Palavras-chave: espiritualidade; estresse; Polícia Militar do Maranhão; qualidade de vida.

ABSTRACT

The phenomenon of spirituality can be observed in all cultures, societies, genders and ages. Human beings, in essence, are religious. In this sense, the general objective of this research is to analyze the perceptions of the military police of the 1st Regiment of Mounted Police (RPMont), of the Military Police of Maranhão (PMMA), about the role of spirituality in the prevention of stress and its effects on the quality of life of the military police. Alongside this, an attempt was made to investigate the existing connections between stress and the capacity for rehabilitation through the practice of spirituality; to identify the application of spirituality to the daily life of police officers of the 1st RPMant and to verify the role of spirituality in the prevention of stress and its effects on the quality of life of the military police officer. The epistemological presupposition used was the interpretative one, inserting itself in the phenomenological perspective, with a qualitative and quantitative approach (mixed), the first being in greater proportion. As for the purposes/objectives of the research, it was characterized as exploratory and descriptive. As for the procedures for obtaining data, they were: bibliographic research, survey research and case study. The research instrument was the questionnaire comprising open and closed questions, whose data processing was carried out by statistical and content analysis. The measured results can be verified by means of graphs associated with the interpretive analysis of the participants' impressions. In this way, the interviewees consider the military police profession stressful, understanding that spirituality has positive impacts on existential adversities, especially through the performance of the Military Chaplaincy. Furthermore, it was attested that the relationship with the transcendent is essential, being exercised in different ways, regardless of the religious matrix. Therefore, spirituality contributes to the prevention of stress, as well as influences the quality of life of the military police.

Keywords: spirituality; stress; Military Police of Maranhão; quality of life.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo.....	61
Gráfico 2 – Nível de escolaridade	62
Gráfico 3 – Religião dos Entrevistados.	62
Gráfico 4 – Níveis de estresse	64
Gráfico 5 – Nível da qualidade de vida.....	65
Gráfico 6 – Atuação da espiritualidade por meio da Capelania Militar.	68
Gráfico 7 – Participação em curso operacional.	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PANORAMA TEÓRICO SOBRE ESPIRITUALIDADE	17
2.1	Religião x espiritualidade	17
2.2	Espiritualidade segundo Paul Tillich	21
2.3	Espiritualidade segundo Leonardo Boff	24
2.4	Espiritualidade segundo Jung	26
3	ESPIRITUALIDADE NAS FORÇAS MILITARES	30
3.1	Assistência espiritual nas instituições militares	31
3.2	Papel do capelão militar na assistência religiosa	35
4	ATIVIDADE POLICIAL E SUA RELAÇÃO COM O ESTRESSE	40
4.1	Atividade policial militar frente aos desafios da contemporaneidade	41
4.2	Relação entre estresse e vida policial militar	44
4.3	Espiritualidade, estresse e qualidade de vida do policial militar	51
5	DESCRIÇÃO DA PESQUISA	56
5.1	Metodologia	57
5.1.1	Pressupostos epistemológicos, abordagem e tipologia da pesquisa	57
5.1.2	Local, universo e amostra da pesquisa	59
5.1.3	Técnicas de pesquisa, tratamento de dados e limitações	59
5.2	Análise e discussão dos resultados	60
5.2.1	Dados de identificação	61
5.2.2	Estresse, qualidade de vida e espiritualidade	63
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	75
	APÊNDICE A – CARTA DE ACEITE	80
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO	81

1 INTRODUÇÃO

O tema espiritualidade ocupa um importante lugar de interesse e de pesquisa há vários anos, uma vez que a questão está estritamente relacionada à vida em sociedade. Contudo, as cosmovisões vigentes na coletividade da contemporaneidade, quando solicitadas para apreciar tal assunto, frequentemente revelam indiferença, espanto, preconceito, extremismo e, em muitos casos, desconhecimento pleno do conteúdo.

O cotidiano da atividade policial, cuja máxima é revelada no “servir e proteger”, às vezes implica no sacrifício da própria vida. Essa realidade dúbia no âmago da existência do policial desencadeia um transtorno mental chamado estresse, sendo necessário imprimir caráter de urgência no acompanhamento dos profissionais de Segurança Pública. Cumprir a missão constitucional em muitos casos é um sacrifício, não só em razão da atividade exigir um preparo físico intenso, treinamentos desgastantes, mas também por fazer com que o militar supervalorize o outro em função de si mesmo, mormente, no que tange ao cuidado com a sua saúde psíquica.

Por conseguinte, percebe-se que no Brasil o número de policiais que cometem suicídio é maior do que o dos que tombam em combate. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA/FBSP, 2022), publicado no seu *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, os dados de 2021 apresentaram 121 vítimas, representando 63,6% do total de causas de morte em ações policiais ou fora delas, tratando-se apenas dos policiais da ativa, ao passo que foi observado um aumento de 200% dos casos somente no Maranhão, além da subnotificação de casos de suicídio pelas corporações policiais. Com efeito, entende-se que a vitimização por fatores externos e autoimpostos possuem algo trivial: a pressão interna da atividade policial, aliada à exterioridade que isso representa – sob a égide de ser “a última trincheira do bem”, o “esteio moral da sociedade.”

Além disso, patologias psicológicas ainda permanecem em voga nas diversas corporações policiais, visualizadas pela insatisfação no trabalho, salários não condizentes com a atividade desempenhada, preconceito interno em relação ao policial em sofrimento mental, até mesmo sob motivação da cultura organizacional, em detrimento da supervalorização do elemento força, vigor e rusticidade, imprimem em momentos de vulnerabilidade psicológica, medos e receios intrínsecos ao ser humano, pouco ou nenhum espaço nas organizações para terapias e prognósticos favoráveis.

Para tanto, é fator *sine qua non* que o profissional da Segurança Pública procure acompanhamento psicológico e psiquiátrico. A intervenção psicológica auxilia na não fixação e no não agravamento dos sintomas, a fim de solucionar problemas relacionados ao nível altíssimo de estresse, desequilíbrio das emoções, até mesmo mitigar reações fisiológicas decorrentes da patologia acometida, principalmente, consoante Wisner (1994), em função do aparelho psíquico integrar, juntamente com o componente físico e cognitivo, o trabalho humano. Todavia, o elemento psíquico é tabu em muitas corporações militares, ficando renegado pelo agente policial e pela instituição a que compõe.

À luz dessa premissa, pode-se inserir a espiritualidade como caminho de descobertas interiores. Assim como a intervenção psicológica, a intervenção espiritual se coloca também como uma *práxis* essencialmente ligada à prevenção do estresse, posto que o fenômeno religioso não é alheio ao sujeito humano, mesmo que esse tenha dificuldade em participar de psicoterapia, possuindo a prática religiosa como figura habitual, o que representa uma alternativa satisfatória para a resolução desse imbróglio.

A atuação dos capelães ratifica o impacto positivo da espiritualidade no cenário militar, sendo fruto de um acompanhamento individual atrelado à prevenção ou ao enfrentamento de problemas psicológicos. Tal fato é confirmado através da ação da espiritualidade ser apontada como agente interventor das emoções, estabelecendo-se como um meio efetivo para a redução dos níveis de depressão e ansiedade (Lai *et al. apud* ARRIEIRA *et al.*, 2017, p.2).

Diante disso, tem-se como principal questão de pesquisa: Será que a espiritualidade atua na prevenção do estresse dos policiais do 1º Regimento de Polícia Montada (1º RPMont) como suporte de vida menos estressante? Com o escopo de solucionar tal questão, elaborou-se como objetivo geral, analisar as concepções dos policiais do 1º RPMont acerca da atuação da espiritualidade como prevenção ao estresse e os seus efeitos na qualidade da vida policial. Além disso, os objetivos específicos traçados consistiram em: investigar as conexões existentes entre o estresse e a capacidade de reabilitação por meio da prática da espiritualidade; identificar a aplicação da espiritualidade ao cotidiano dos policiais do 1º RPMont e verificar a atuação da espiritualidade na prevenção do estresse.

O pressuposto epistemológico utilizado foi o fenomenológico, tendo como abordagem qualitativa e quantitativa. Esta última em menor proporção. Construiu-se um estudo exploratório e descritivo, a partir de uma pesquisa bibliográfica atrelada à pesquisa levantamento para a coleta de identificação dos informantes e estudo de caso para coleta de posições pessoais a respeito do tema proposto. Os referenciais teóricos subsidiaram a correlação com os resultados aferidos. A técnica de pesquisa utilizada foi o questionário com perguntas fechadas e abertas, aplicando-se análise estatística (quantitativa) e análise de conteúdo (qualitativa).

Justifica-se a escolha do tema pelas dimensões consignadas pelo trabalho e pelas corporações policiais que desejam buscar alternativas que possam minimizar o transtorno do estresse com apoio na espiritualidade. Por ser um elemento essencial da cultura humana, pode-se visualizar como tal fato se apresenta na realidade. Através de estudo constado mediante o concreto (a realidade), faz-se necessário possuir maior familiaridade com o problema estresse por ser endêmico em uma sociedade cada vez mais afetada por transtornos psicológicos, tornando-o explícito para a construção de hipóteses acerca dele. O intuito foi propiciar aos policiais militares e à comunidade acadêmica informações recentes acerca da atuação da espiritualidade diante do cenário militar, relacionando-o à sociedade civil.

Além disso, analisar o ambiente militar é visualizar um cenário com condições próprias. O policial militar se prepara para a guerra, para o combate e, quando necessário, para eliminar os inimigos. Impera a ele, também, o cumprimento de missões ordinárias mesmo com o sacrifício da própria vida, em obediência aos princípios da hierarquia e da disciplina. Nesse contexto, o militar, como ser humano, possui anseios, demandas emocionais e espirituais, a partir da sua subjetividade. O cenário cada vez mais estressante apenas alimenta a redução da qualidade de vida do agente público. Portanto, é indubitável uma análise acurada do sujeito, enquanto ser espiritual, e sua relação com a instituição com o escopo de avaliar o rendimento e padrões de qualidade de vida a partir do uso de tal recurso: a espiritualidade.

Ademais, a pesquisa possui o fito de fornecer ao Alto Comando da Polícia Militar do Maranhão, ao Centro de Apoio Psicossocial da corporação, assim como aos militares das Forças Armadas e de Forças Auxiliares esclarecimentos em relação à necessidade e à relevância da assistência religiosa e da prática da espiritualidade.

Desse modo, esse trabalho acadêmico está dividido em seis seções. Na primeira seção, que corresponde à presente introdução, observou-se o cenário em que a temática permanece inserida, percebendo suas implicações através do problema de pesquisa, da elucidação dos objetivos, recorte da metodologia adotada, justificativa acerca da relevância da temática e o plano de trabalho.

Na segunda seção, procurou-se demonstrar, a partir de um panorama teórico sobre espiritualidade, as definições associadas aos eixos temáticos, distintos e complementares, isto é, religião e espiritualidade, com o fulcro de produzir clarividências relacionadas às questões correlatas ao tema, além de retratar, a partir de autores em áreas diversas de pesquisa, a atuação da espiritualidade.

Na terceira seção, analisou-se como a espiritualidade é substancializada nas forças militares, a partir de uma égide ligada à assistência espiritual, sobretudo, ratificando-se a figura do capelão militar como parte integrante na *práxis* religiosa. Essa seção esclarece os fatores que possibilitaram a inserção da espiritualidade no ambiente de trabalho e a introdução às corporações militares.

Na quarta seção, salientou-se as peculiaridades da atividade policial em atribuições distintas, o que provoca objeções no usufruto e na qualidade de vida policial militar, inferindo-se que a espiritualidade auxilia na *performance* do agente policial, mormente, na prevenção do estresse.

Na quinta seção, dissertou-se sobre a metodologia, mediante a especificação do procedimento epistemológico utilizado, revelando os resultados e discussões, cujas informações são fruto do questionário adotado. Finalmente, na sexta seção, inferiram-se os objetivos alcançados, as motivações e as orientações para pesquisas vindouras diante da temática pesquisada.

2 PANORAMA TEÓRICO SOBRE ESPIRITUALIDADE

Nessa segunda seção, serão apresentados os referenciais teóricos para os conceitos que servirão como base no tocante à compreensão da atuação da espiritualidade na vida policial militar, seja de forma transcendente, seja de forma concreta na existência do sujeito humano.

Com efeito, a fim de assegurar o entendimento basilar do objeto em análise, dividiu-se em quatro subseções, a saber: religião x espiritualidade, espiritualidade segundo Paul Tillich, espiritualidade segundo Leonardo Boff e espiritualidade segundo Jung – a fim de asseverar o impacto da espiritualidade em diferentes aspectos da vivência humana.

2.1 Religião x espiritualidade

Impende salientar, inicialmente, que a procura por definição do significado de religião perpassa necessariamente pelo sociólogo francês Émile Durkheim na sua obra áurea *As formas elementares da vida religiosa*, fundamentando-se em uma proposta tríplice de indicar “[...] certo número de sinais exteriores, facilmente perceptíveis, que permite reconhecer os fenômenos religiosos onde quer que se encontrem” (DURKHEIM, 2003, p. 3), averiguar definições mais usuais de religião e apontar um conceito da religião.

Nesse sentido, a primeira concepção de religião mencionada por Durkheim (2003) é aquela que relaciona o elemento religioso ao sobrenatural, sendo este último definido tal qual:

[...] toda ordem de coisas que ultrapassa o alcance de nosso entendimento; **o sobrenatural é o mundo do mistério, do incognoscível, do incompreensível**. A religião seria, portanto, uma espécie de especulação sobre tudo o que escapa à ciência e, de maneira mais geral, ao pensamento claro. (DURKHEIM, 2003, p. 5, grifo nosso).

Essa primeira definição de religião, que promove um hiato entre o racional e o irracional, é refutada, contudo, por Durkheim (2003), sob o fundamento de que a ideia de algo sobrenatural indubitavelmente pressupõe uma ordem natural, e isso confirma a premissa de que qualquer ordem natural, por mais simples que seja, já foi concebida racionalmente, sendo tal fato adepto de um raciocínio que explana o mundo, fenômenos e a natureza. Consoante Durkheim (2003, p. 7):

Para que se pudesse dizer de certos fatos que são sobrenaturais, era preciso já ter o sentimento de que existe uma ordem natural das coisas, ou seja, que os fenômenos do universo estão ligados entre si segundo relações necessárias chamadas leis.

Dito isso, pode-se afirmar que “[...] a ideia do mistério nada tem de original [...] Não se pode fazer dela a característica dos fenômenos religiosos” (DURKHEIM, 2003, p. 11). Isso posto, compreende-se que a religião é uma formulação posterior ao que é sobrenatural, visto que a releu contemplação da ordem natural, em um cenário com desenvolvimento acadêmico incipiente, é bastante para conferir aos fenômenos observados e não explicados um título de enigma ou mesmo de sobrenatural.

Logo, relacionar o que é sobrenatural à religião com o escopo de a definir, é uma prática distante do método científico utilizado hodiernamente, uma vez que o próprio conceito do que seja sobrenatural é efêmero, já que depende do avanço científico e das explicações dos acontecimentos metafísicos a partir de uma óptica racional.

Outrossim, para Durkheim (2003), a relação entre religião e o sobrenatural é infundada quando da formulação de um conceito racional do que seja religião, sendo necessário um caminho alternativo na epistemologia religiosa. Assim, ele afirma:

Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam simples ou complexas, apresentam **um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideias, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras sagrado e profano traduzem bem.** A divisão do mundo em dois domínios que compreendem, um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso. (DURKHEIM, 2003, p. 36, grifo nosso).

Nesse meandro, a concepção de religião está relacionada ao sagrado, o que implica em ritos, crenças, coisas, movimentos etc., representando uma noção de que o que é sagrado merece uma posição de destaque e respeito, por ser especialíssimo, o que remete ao próprio ideário humano, intrínseco a ele, posto que “[...] a noção de sagrado está, no pensamento do homem, sempre e em toda parte separada da noção de profano.” (DURKHEIM, 2003, p. 23).

Não obstante, Rudolf Otto também expressa o conceito do sagrado relacionável à religião através de expressões concernentes ao sentido semântico delas, enaltecendo o sentimento *numinoso*, por meio de um neologismo criado pelo próprio autor, tal qual “[...] formo, por isso, a palavra: o *numinoso*. Se *omen* pôde servir para formar *ominoso*, de *numen* pode formar-se *numinoso*.” (OTTO, 2007, p. 18).

Para ele, esse sentimento é equiparado à conexão existente em um estado de dependência, à guisa de exemplificação, o episódio vivenciado por Abraão em comunicação com Deus acerca dos moradores de Sodoma, explicita a narrativa ao dizer: “Tive a ousadia de falar contigo, eu que não passo de pó e cinza” (A BÍBLIA, 2008, p. 78). Segundo Otto (2007), essa expressão utilizada por Abraão representa cabalmente a exteriorização do sentimento de dependência, sendo superior a qualquer demonstração de emoção sensitiva desse gênero na humanidade.

Assim, a relação do sagrado à manifestação do que é *numinoso*, a partir da óptica de Otto (2007), consiste no fator elementar do sentimento religioso, compondo todas as manifestações religiosas. Por conseguinte, a conceituação de religião, conforme supracitado, perpassa o fenômeno religioso, as manifestações religiosas e contribui diretamente no contexto das religiões existentes.

Diante disso, pode-se responder ao questionamento “o que é religião?”, após a reunião dos componentes atinentes ao tema correlacionados ao domínio religioso, inferindo-se, consoante Ed René Kivitz, que religião é o “[...] conjunto harmônico de crenças e ritos referentes ao sagrado e ao profano e adotado por um grupo definido de pessoas.” (KIVITZ, 2006, p. 28).

Além disso, o autor estabelece uma relação direta entre religião e espiritualidade como parte basilar no entendimento do tema, sendo fulcral um estudo pormenorizado desse conceito, haja vista a complexidade e subjetividade relacionadas à existência da humanidade. Desse modo, Dalai-Lama afirma:

Considero que espiritualidade esteja relacionada com aquelas qualidades do espírito humano – tais como amor e compaixão, paciência e tolerância, capacidade de perdoar, contentamento, noção de responsabilidade, noção de harmonia – que trazem felicidade tanto para a própria pessoa quanto para os outros. (DALAI-LAMA *apud* BOFF, 2001, p. 21).

Por isso, “[...] a espiritualidade vem sendo descoberta como dimensão profunda do humano” (BOFF, 2001, p. 17), pressupondo que uma vida fundamentada na espiritualidade, firmada sob a ética ligada a ela, é um estilo de vida que colabora para a transformação, propiciando a melhora da condição mental e emocional, tornando o sujeito humano melhor. Tal fato também se conecta à mística, como segue-se:

A mística se refere à experiência de Deus, ao passo que a espiritualidade, se refere a todo processo de crescimento, da inautenticidade à relação concreta com Deus e à posse de sua verdade como imagem de Deus. A espiritualidade é, pois, termo mais amplo. (BORRIELLO, 2003, p. 381).

Além de representar o sagrado, consoante adscrito, a intervenção do divino:

A mística é viver; de fé e com fé, a fé, a esperança e a caridade, sob o impulso e a égide do Espírito que aperfeiçoa as virtudes nos fieis, infundindo-as neles repetida, renovada e irrepelivelmente e exigindo deles resposta, a mais ampla possível, aos dons do Espírito. (BORRIELLO, 2003, p. 376).

Em se tratando de espiritualidade, percebe-se um certo bloqueio em detrimento do emprego histórico errôneo dessa palavra, atribuindo-a um sentido diferente daquele denotado pela sua essência. Muitos cristãos católicos afirmam que “[...] a espiritualidade também convida os teólogos a levar a sério o papel da própria fé em suas reflexões.” (SHELDRAKE, 2005, p. 51). Aliado a isso, a própria definição de espiritualidade estaria ligada a um contexto religioso diferenciado por sua especificidade, asseverando:

Em termos cristãos, ‘espiritualidade’ diz respeito a como as pessoas se apropriam de modo subjetivo de crenças tradicionais sobre Deus, a pessoa humana, a criação e seu inter-relacionamento, e então as expressam na adoração, nos valores básicos e no estilo de vida. Assim a espiritualidade é o todo da vida humana visto em termos de uma relação consciente com Deus, em Jesus Cristo, por meio da morada de crentes. **Como campo de estudo, a ‘espiritualidade’ examina essa dimensão da existência humana a partir de uma variedade de pontos de vista dos quais o teológico, o histórico e o fenomenológico são os mais comuns.** (SHELDRAKE, 2005, p. 53, grifo nosso).

Nessa lógica, a espiritualidade não consiste apenas em uma manifestação única e multicultural. Ela é fundamentada no relacionamento com a divindade, ligando-se aos indivíduos e ao meio em que vivem, conferindo um imbróglio a ser solucionado, já que:

O problema de definir ‘espiritualidade’ recentemente é, em parte, porque ela não é mais um fenômeno singular e transcultural. Antes, está enraizada em vivências de Deus as quais são enquadradas pelas sempre específicas, e, portanto, contingentes, histórias de indivíduos e comunidades. (SHELDRAKE, 2005, p. 54).

Dessa forma, a contemporaneidade, destacada pelo individualismo e pelo subjetivismo, produz aspectos da espiritualidade voltados ao ser humano, bem como às suas realizações individuais, buscando um “deus” que supra os seus desejos e que, acima de tudo, seja conveniente aos seus princípios. A escolha é relacionada ao íntimo, indo em direção ao transcendente, a fim de “crer sem pertencer” (HERVUEU-LÉGER, 2008, p. 12).

Diante disso, o vocábulo “espiritualidade” por si só suscita um sentido dúbio e difuso para grande parte da população. Para tanto, as subseções seguintes servem para subsidiar a perspectiva teórica sob a égide teológica, filosófica e psicológica da pauta em análise.

2.2 Espiritualidade segundo Paul Tillich

A espiritualidade é um tema marcadamente presente na vivência da humanidade, sobretudo, por todos os seres humanos terem uma ideia sobre a divindade, concatenando-se ao transcendente. Isso posto, a espiritualidade evoca algo que seja intrínseco ao ser humano – a reflexão sobre Deus, conforme:

Teologia **é qualquer reflexão sobre as questões essenciais da vida que aponte para Deus.** [...] Ninguém que reflita sobre as perguntas cruciais da vida escapa de fazer teologia. E qualquer um que reflita sobre as questões fundamentais da vida – incluindo perguntas sobre Deus e nossa relação com ele – é teólogo. (GRENZ; OLSON, 2006, p. 13-14, grifo nosso).

Além disso, tudo que hoje é formulado dentro dos centros acadêmicos tem sua gênese voltada para a divindade, segundo Sproul (2017, p. 16, grifo nosso):

[...] acrescentei que uma verdadeira faculdade ou universidade cristã é comprometida com a premissa de que a verdade suprema é a verdade de Deus e de que ele é o fundamento e a fonte de todas as outras verdades. **Tudo o que aprendemos – economia, filosofia, biologia, matemática – tem de ser entendido à luz da realidade abrangente do caráter de Deus.** Essa é a razão por que, na Idade Média, a teologia foi chamada ‘a rainha das ciências’, e a filosofia, ‘sua criada’.

Nesse fulcro, a espiritualidade é uma palavra que implica uma diversidade de argumentações, relacionando-se ao sujeito humano. Com o fito de fazer uma análise do panorama da espiritualidade, em um âmbito histórico, Parrela (2004, p. 56-57, grifo nosso) afirma:

Muitos pensadores têm escrito ultimamente a respeito desse tema, considerado por Samuel Huntington como ‘vingança de Deus’. Considerando a grande variedade de fatores culturais e teológicos presentes no atual reavivamento espiritual, como entender o termo? Até a realização do Segundo Concílio Vaticano nos anos 60, **o termo espiritualidade era quase sempre considerado dentro da tradição católica.** A palavra não aparecia nos escritos da Reforma e, até recentemente, muitos protestantes preferiam o termo mais antigo, piedade (alguns usavam a expressão devoção enquanto outros, como Wesley, optavam por perfeição) para designar a vida no Espírito com sua reverência e amor por Deus. **O termo começou a ser usado no catolicismo francês em oposição, quase sempre, à palavra ‘devoção’ por causa de suas ‘associações com o entusiasmo questionável de certas práticas espirituais e até mesmo de formas heréticas’.** Na língua inglesa o termo só aparece na década de 20. Mais recentemente, o vocábulo ultrapassou as fronteiras católicas para descrever, em sentido antropológico, certa qualidade disponível às pessoas que buscam viver a plenitude da vida

humana. Da ideia católica tradicional acerca do movimento místico de Deus para a alma e vice-versa, agora significa 'a totalidade da vida da fé e até mesmo a vida integral das pessoas incluindo o corpo e as dimensões físicas, psicológicas, sociais e políticas.' **Hoje em dia, estuda-se espiritualidade em todas as tradições religiosas, em todos os períodos históricos e nas escolas filosóficas.** Nas palavras de John Macquarerie, ela tem a ver fundamentalmente com 'o tornar-se pessoa em seu sentido mais verdadeiro,' Ewert Cousins escreveu: 'o centro espiritual é o mais profundo da pessoa. É nele que nos abrimos à dimensão transcendental; é aí que experimentamos a realidade suprema'.

O alemão Paul Tillich (1886-1965), estudioso da Teologia, é reconhecido como um dos grandes nomes da contemporaneidade diante da reflexão acerca do conceito de espiritualidade, relacionando-a à experiência religiosa dentro de um meandro secular. A base para esse referencial teórico, a partir de uma óptica teológica, é Tillich, graduado em Teologia e Filosofia, assumindo postura de destaque frente à teologia cultural, sobretudo, percebendo o sentido da Teologia em resposta aos questionamentos existenciais, marcadamente presentes na cultura hodierna:

As respostas implícitas no evento da revelação só são significativas na medida em que estejam em correlação com questões que dizem respeito à totalidade de nossa existência, com questões existenciais. [...] Ao usar o método da correlação, a teologia sistemática procede da seguinte maneira: faz uma análise da situação humana a partir da qual surgem as perguntas existências e demonstra que os símbolos usados na mensagem cristão são as respostas a estas perguntas. (TILLICH, 1984, p. 76).

Isso representa alguns dos motivos suficientes para esclarecer o porquê de Paul Tillich subsidiar o presente panorama teórico, a partir da identificação e do estudo das expressões religiosas na sociedade, percebendo a espiritualidade na Teologia e na cultura vigente.

O autor supracitado tem sua hermenêutica baseada no sagrado indubitavelmente conectado ao divino a fim de inferir a preocupação finalística do ser humano, em aspectos religiosos, sendo esta "[...] aquilo que determina nosso ser ou não ser [...] nada que não tenha o poder de ameaçar e salvar nosso ser pode ser para nós preocupação última." (TILLICH, 1984, p. 31, 32).

No momento em que Tillich (1984) trabalha a preocupação última do indivíduo como sendo de natureza religiosa, ele não está afirmando algo em matéria de experiência religiosa, ou seja, se o sujeito pratica ou não determinada manifestação religiosa dentro de uma estrutura definida e delimitada com doutrinas, costumes e ritos construídos por humanos. Todavia, Tillich (1984) ressalta essa ideia associada à

experiência de transcendência na imanência (TILLICH *apud* MUELLER; BEIMS, 2005).

A vivência do sagrado, destarte, pondo o indivíduo defronte à preocupação última reside naquilo que ele mesmo parafraseia:

[...] **nossa preocupação última é aquilo que determina nosso ser ou não ser** [...] nada que não tenha o poder de ameaça e salvar nosso ser pode ser para nós preocupação última. O termo 'ser', neste contexto, não designa existência no tempo e no espaço. **A existência é continuamente ameaçada e salva por coisas e eventos que não são de preocupação última para nós.** O termo 'ser' significa a totalidade da realidade humana, a estrutura, o sentido e a finalidade da existência. Tudo isso está ameaçado e pode ser perdido ou salvo. O ser humano está preocupado de forma última com seu ser e sentido. 'Ser ou não ser', neste sentido, é uma preocupação última, incondicional, total e infinita. O ser humano está infinitamente preocupado pelo infinito ao qual pertence, do qual está separado e pelo qual anseia. **O ser humano está preocupado pela totalidade que é seu verdadeiro ser e que está rompida no tempo e no espaço.** O ser humano está incondicionalmente preocupado por aquilo que condiciona seu ser para além de todos os condicionamentos que existem nele e ao redor dele. **O ser humano está preocupado de forma última por aquilo que determina seu destino último para além de todas as necessidades e acidentes preliminares.** (TILLICH, 1984, p. 31, grifo nosso).

O “destino último” a que Tillich (1984) se refere é aquilo que representa sua limitação, porém, “Deus é a resposta à pergunta implica na finitude do homem. Ele é o nome que damos àquilo que nos preocupa de forma última.” (TILLICH, 1984, p. 219).

Para o teólogo, a angústia do homem consiste em não conseguir alcançar a felicidade no sentido da existência por possuir finitude dentro de si, sendo, portanto, limitado – o que provoca o sentimento de frustração e desânimo. Contudo, a fé está localizada exatamente no clímax dessa correlação paradoxal, um indivíduo particular que é obediente a Deus diante da solidão. Certamente, o indivíduo religioso é o “cavaleiro da fé” que viaja sozinho em uma estrada difícil.

Dessa forma, Tillich(1984) em diálogo com Kierkegaard (1994) traça um paralelo. O homem, acima de tudo, deve permanecer em sua finitude e singularidade diante de Deus, sacrificando-se continuamente para salvar a si mesmo, porque a fé nunca é conquistada de uma só vez. A fé sempre estará suscetível a questionamentos e fragilidades em uma dialética permanente com a dúvida. Entretanto, é nesse momento, nesse estágio, nesse dia, que o absurdo é convertido em realidade e o que é possível se torna totalmente possível – o que implica no “salto existencial da fé”. A fé é a força motriz do homem no estágio religioso, sendo esta, em si mesma, um paradoxo que somente o Absoluto compreende (KIERKEGAARD, 1994).

2.3 Espiritualidade segundo Leonardo Boff

Seguindo essa perspectiva, o tema da espiritualidade está situado em um cenário dramático e perigoso no contexto da contemporaneidade. Esse vocábulo na cultura vigente enfatiza sua importância diante dos mitos, problemas ambientais, perigos futuros e da humanidade. Nesses episódios trágicos, o homem imerge nas profundezas do Ser e começa a refletir sobre sua existência, não mais em um prisma ontológico – como o fez Paul Tillich – contudo, em aspectos filosóficos através das máximas: “O que estou fazendo nesse mundo?”; “Qual é o meu lugar diante dos outros seres?” ou “Como atuar de modo a preservar o futuro que produza esperança para a humanidade e para o planeta?”.

É nesse ambiente que as reflexões no tocante à espiritualidade são evidenciadas por Leonardo Boff, partindo, principalmente, da sua concepção de espiritualidade diante do dualismo com a religião – a primeira sendo associada à compaixão, amor, solidariedade, empatia etc., e a segunda ligada a crenças, dogmas e ritos religiosos – que implementam a felicidade no próprio indivíduo, relacionando-o ao exercício da espiritualidade na sua essência.

Professor, filósofo, teólogo e escritor brasileiro, Leonardo Boff foi vanguardista ao iniciar a discussão em torno da miséria e da marginalização, correlacionando-as aos discursos da fé cristã, iniciando o movimento da Teologia da Libertação. Cirúrgico em seus comentários e em obras literárias que carregam o seu nome, o escritor possui primazia no presente panorama teórico por poder relacionar profundamente a espiritualidade com o ser humano dentro de sua sociedade – tratando do aspecto social a que esta palavra se refere.

A espiritualidade vem sendo uma pauta ativa nos últimos anos, como o próprio autor afirma:

Todos falam de espiritualidade, e ela é um tema recorrente em nossa cultura, não só no âmbito das religiões, que é o seu lugar natural, mas também no das buscas humanas, tanto dos jovens quanto dos intelectuais, de famosos cientistas e – para surpresa nossa – de grandes empresários. Tenho falado nos últimos anos, aqui e fora do país, para grupos ligados ao **poder econômico internacional, executivos de multinacionais** e outros agentes de poder que colocam como tema de ponderação as mudanças sociais, o novo paradigma civilizatório, **a produtividade da nova tecnologia robotizada e a espiritualidade humana**. (BOFF, 2001, p. 11, grifo nosso).

Para ele, em consonância com Dalai-Lama, espiritualidade é “[...] aquilo que produz dentro de nós mudança.” (BOFF, 2001, p. 17). O indivíduo humano por si só está sujeito a mudanças de várias ordens: física, psíquica, social, cultural, entre outras. Mudanças podem ser exteriores – puramente quantitativas e ligadas ao estereótipo – ou interiores – verdadeiras transformações que são aptas a dar um novo rumo à existência humana por possuir tamanha profundidade. Logo, ele assevera a relação existente das mudanças interiores com a espiritualidade ao declarar:

Não raro, é no âmbito da religião que ocorrem tais mudanças. Mas nem sempre. Hoje a singularidade de nosso tempo reside no fato de que a espiritualidade vem sendo descoberta como dimensão profunda do humano, como o momento necessário para o desabrochar pleno de nossa individualização e como espaço da paz no meio dos conflitos e desolações sociais e existenciais. (BOFF, 2001, p. 18).

Boff entende que religião está diretamente relacionada a rituais religiosos, além de que, durante milhares de anos, guerras e problemas sociais foram acentuados em razão de conflitos religiosos, uma vez que “[...] toda religião promete ao ser humano salvação, defende a vida e nos abre à eternidade.” (BOFF, 2001, p. 24).

Por conseguinte, as religiões anunciam uma ideia da divindade – que pode ser *Alá, Deus, Tupã* ou outra divindade – juntamente com as doutrinas e costumes que revelam o caminho para a luz. Em contrapartida, a espiritualidade se relaciona a uma ética profundamente ligada à visão de mundo coerente aos princípios práticos daquela matriz religiosa, seguindo o que Dalai-Lama (*apud* BOFF, 2001, p. 25) dizia:

O objetivo da prática espiritual e, conseqüentemente, da prática ética é transformar e aperfeiçoar o estado geral do coração e da mente (*kung long*, que nós traduziríamos por ‘atitude fundamental’). É assim que nos tornamos pessoas melhores. As religiões constroem edifícios teóricos – as doutrinas –, práticos – as morais –, festivos e simbólicos – as liturgias e os ritos. Mas constrói também edifícios artísticos, grandes templos e catedrais.

Exemplo disso, Boff (2001) enaltece a figura de Jesus Cristo, precursor do cristianismo, já que sua mensagem terrena acarretava transformações interiores e comoventes sob dois aspectos: místico e político. Segundo Betto e Boff (2014), o místico vai além do êxtase ou da efusão espirituais, situa-se em uma zona de combate e de militância por uma vida de igualdade, assim como Cristo o fez, consoante o excerto:

É nesse contexto que cabe falar de **mística do engajamento e da luta, sem constrangimentos ou pruridos motivados pelas ressonâncias religiosas desta palavra**. Pelo contrário, cresce dia a dia o número daqueles que se entendem dentro de uma perspectiva holística e integral da existência humana. Procuram descobrir em si as várias dimensões do mistério da vida e os níveis de profundidade da indagação humana. [...] **Espiritualidade e mística pertencem à vida em sua integralidade e em sua sacralidade. Daí nascem o dinamismo da resistência e a permanente vontade de libertação**. (BETTO; BOFF, 2014, p. 46-47, grifo nosso).

Aliado a isso, o aspecto político foi fortemente evidenciando através da mensagem cristã dos primeiros séculos da era presente, como se segue:

A conversão que Jesus cobra é a transformação espiritual. Ele quer que realizemos a essência da espiritualidade, como a definiu o Dalai-Lama, aquilo que produz uma transformação em nosso interior. Mas essa transformação não começa e termina no interior de cada ser. **A partir do interior, ela desencadeia uma rede de transformações na comunidade, na sociedade, nas relações com a natureza e com o universo inteiro**. Para Jesus essa transformação deve se iniciar pelos últimos dos últimos, que são os pobres e os condenados da Terra. O Reino de Deus começa por eles: 'Bem-aventurados os pobres porque de vós é o Reino.' (BOFF, 2001, p. 36, grifo nosso).

Perante o exposto, Jesus possuiu sua vivência espiritual “[...] em duas áreas: na intimidade e na política.” (BOFF, 2001, p. 36). Teve de deixar sua família, amigos e pessoas a quem tinha afeto, tendo que cumprir sua missão vicária para proporcionar o encontro da humanidade com o amor genuíno de Deus, “[...] inaugurando uma ética de amor incondicional, de perdão ilimitado e de confiança irrestrita” (BOFF, 2001, p. 36) – fruto da espiritualidade social, da *práxis* cristã.

À vista disso, além de aspectos espirituais – resultado da relação com o divino, em atividades teológicas – e de aspectos sociais, através da exteriorização da ética religiosa, é essencial perceber também como isso se dá em aspectos psicológicos, através de razões subjetivas ligadas ao aparelho psíquico, pauta da próxima subseção.

2.4 Espiritualidade segundo Jung

A crenças religiosas possuem lugar de destaque na formulação de intervenções e no processamento de informações para que muitas pessoas consigam organizar e compreender eventos dolorosos e imprevisíveis relacionados à psiquê. A espiritualidade atua juntamente com valores e crenças, dentro da psicoterapia, como uma forma de abordagem coerente e eficaz.

Nessa perspectiva, o sentimento *numinoso*, atribuído a Rudolf Otto (2007) – como já visto anteriormente – representa bem a posição ocupada pela espiritualidade diante do fenômeno religioso. Isso retrata uma conexão com todas as manifestações religiosas, inclusive aquelas primitivas, visto que vinculadas a confissões, revelam a finitude do homem perante a vida.

A escolha de Jung para fundamentação teórica diz muito sobre sua produção voltada para a compreensão das representações primordiais coletivas concernentes às formas de religião, a partir do reconhecimento da “estrutura” da alma humana. Firmado sob premissas ligadas ao fato de que muitos transtornos psicológicos possuem condicionamento religioso, o autor defende a necessidade da cooperação entre Psicologia e Teologia nas intervenções psicoterápicas e psicanalíticas.

Para ele, a noção de espiritualidade e religiosidade são sinônimas por equivalerem a algo comum, marcadamente presente em suas literaturas: a ideia do divino centrada no sentimento *numinoso*, como destacado:

Eu gostaria de deixar bem claro que, com o termo ‘religião’, não me refiro a uma determinada profissão de fé religiosa. A verdade, porém, é que toda confissão religiosa, por um lado, se funda originalmente na experiência do *numinoso*, e, por outro, na *pistis*, na fidelidade (lealdade), na fé e na confiança em relação a uma determinada experiência de caráter *numinoso* e na mudança de consciência que daí resulta. Um dos exemplos mais frisantes neste sentido, é a conversão de Paulo. Poderíamos, portanto, dizer que o termo ‘religião’ designa a atitude particular de uma consciência transformada pela experiência do *numinoso*. (JUNG, 1978, p. 10).

A concepção materialista usual não ampara muitos casos de neurose, posto que a alma não pode ser “medicada”, além de que consequências fisiológicas quase sempre são atreladas à Medicina e não à psiquê. Ciente disso, Jung entende que o conhecimento contemporâneo é extremamente materialista, desprezando causas relacionadas a problemas fisiológicos como resultado de elementos psicológicos, visualizando-os, sobretudo, como um simples epifenômeno, isto é, como produto secundário do processo orgânico do cérebro. Para tanto, infere:

Afirma-se que todo transtorno psíquico deve ter uma causa orgânica ou física, ainda que não possamos demonstrá-lo, devido à imperfeição dos meios atuais de diagnóstico. **A inegável conexão entre a psique e o cérebro confere a este ponto de vista uma certa importância, mas não de modo a erigi-lo em verdade exclusiva.** Não sabemos se na neurose existe ou não um transtorno efetivo dos processos orgânicos do cérebro; quando se trata de transtornos de origem endócrina, não temos também condições de saber se elas são causa ou efeito da enfermidade. Por outro lado, não há dúvida alguma de que as neuroses provêm de causas psíquicas. Na realidade, é difícil imaginar que um transtorno possa ser curado num instante, mediante

uma simples confissão. **Mas vi um caso de febre histérica, com temperatura de trinta e nove graus, curada em poucos minutos depois de detectada, mediante confissão, sua causa psicológica.** E como explicaríamos os casos de enfermidades físicas, que são influenciadas ou mesmo curadas pela simples discussão de certos conflitos psíquicos penosos? **Presenciei um caso de psoríase, que se estendia praticamente por todo o corpo e que depois de algumas semanas de tratamento psicológico diminui em cerca de nove décimos.** (JUNG, 1978, p. 13, grifo nosso).

Fatos como os supracitados, nada raros, transformam o imaginário a partir da crença de que a psiquê pode atuar em situações reais, existindo – não sob uma forma física – para auxiliar em processos correlatos a existência humana. Nesse espectro, Jung define a psiquê como um todo, sendo uma palavra que remete à ideia de alma e espírito, consistindo no processo de meditação acerca da mente humana. O psicoterapeuta atribui à psiquê a função de carregar em si quaisquer pensamentos, sentimentos e comportamentos, podendo estes serem inconscientes ou conscientes (JUNG, 1978).

A espiritualidade passa a ser atrelada à confissão – um tipo de atitude que possui a finalidade de promover a fuga da realidade, imergindo em um contexto metafísico. Diante do problema do medo, de crises, violentos conflitos e o enlouquecer, Jung (1978) reafirma que em suas intervenções, como psiquiatra, são também unidas a espiritualidade de modo a ficar “[...] plenamente convencido da extraordinária importância do dogma e dos ritos, pelo menos enquanto *métodos de higiene*” (JUNG, 1978, p. 49, grifo do autor) para manter cuidados com a higiene mental – conjunto de hábitos que viabilizam que um indivíduo possua saúde mental. Exemplo disso, ele afirma que “[...] se o paciente é católico praticante, eu o aconselho a confessar-se e a comungar, para resguardar-se de uma experiência imediata, que poderia ser superior a suas forças.” (JUNG, 1978, p. 49).

Essa relação daquilo que é espiritual com o material e corpóreo é reiterada por ele:

Se tentarmos a estrutura psicológica da experiência religiosa, isto é, da **experiência integradora, curadora, salvadora e abrangente**, parece que a fórmula mais simples que podemos encontrar é a seguinte: Na experiência religiosa, o homem se depara com um outro ser, espiritual, superpoderoso. Sobre este poder existem somente afirmações, mas nenhuma prova lógica ou física. (JUNG, 1991, p. 39, grifo nosso).

Desse modo, Jung deixa claro que a espiritualidade se enraíza na história de um povo, constituindo uma manifestação da psicologia daquele grupo. O fator psicológico na essência do homem tem um poder supremo que, no dizer do autor, “[...] age como ‘Deus’ porque é sempre ao valor psíquico avassalador que se dá ao nome de Deus.” (JUNG, 1991, p. 85). Além disso, essa experiência religiosa pressupõe total diferenciação desse sujeito humano diante dos outros que não a possuem, inclusive atuando na resolução de problemas fisiológicos e psicológicos, atrelado ao fenômeno da fé, como no trecho:

É indiferente o que pensa o mundo sobre a experiência religiosa: aquele que a tem, possui, qual inestimável tesouro, algo que se converteu para ele numa fonte de vida, de sentido e de beleza, conferindo um novo brilho ao mundo e à humanidade. (JUNG, 1991, p. 111).

Com efeito, a verdade espiritual é factível e reconhecida em toda humildade como sendo experiência espiritual subjetiva que promove uma aventura espiritual de entrega da psiquê aos cuidados da divindade.

Esse contato direto com o “ilimitado” que dá sentido à existência humana perante a finitude e a angústia, que os cristãos chamam de “Deus”, os budistas nomeiam de “Nirvana” e os judeus o denominam “Javé”, porém, independente da nomenclatura, todos têm algo em comum: um impacto positivo da espiritualidade na vida humana com efeitos práticos na sua vivência.

Portanto, pode-se afirmar que a espiritualidade está diretamente ligada à divindade, à vida em sociedade e à psiquê humana. Isso posto, compreende-se que ela consiste em um meio não farmacológico na resolução de problemas de saúde física, emocional e psicológica, além de figurar ativamente na transcendência com o divino, a fim de experimentar êxtases espirituais em práticas voltadas para a religião. Espiritualidade vai além de religião, sociedade, comunidade e ritos ordinários. Ela é a pura comunicação do terreno e finito com a imanência advinda do sobrenatural e infinito – o próprio Deus. Na próxima seção será feita uma abordagem da espiritualidade dentro do contexto militar, delineando a forma como acontece a assistência religiosa e seus resultados nas forças militares.

3 ESPIRITUALIDADE NAS FORÇAS MILITARES

Após concepções de Tillich, Boff e Jung sobre espiritualidade faz-se necessário discorrer como acontece a atuação da espiritualidade nas forças militares. Ao lado desta, percebe-se que outros eventos são incentivados como: valores éticos/morais, sociais, políticos e religiosos. A efetividade desses valores passa a integrar boa parte do contexto militar. Esse incentivo contribui sobremaneira para que o policial se torne um ser mais holístico e mais humano. O exercício da profissão exige não só conhecimentos específicos na área militar, mas também outros que o eleve ao patamar de plenitude.

Dentro desse caminho espiritual, Jung (1978) compreende que a espiritualidade consiste em uma estrutura psicológica da própria personalidade humana. Ela possui posição de centralidade na vivência humana, não sendo desmerecida também no ambiente militar. Isso revela que as forças militares têm um olhar especial para as crenças religiosas, materializando-se na assistência espiritual ofertada pelo capelão militar nas mais diversas instituições militares.

A assistência religiosa surge como um “guia espiritual” perante os problemas da existência humana, levando o homem a encontrar-se com o *numinoso*. O viabilizador desse processo – o “guia espiritual” – deve ser procurado pelos sujeitos que sofrem, igualmente como os enfermos que procuram ajuda hospitalar, uma vez que a espiritualidade é componente integrante da constituição humana, dentro e fora das forças militares.

As especificidades observadas na carreira militar não são obstáculos para a imersão no transcendente, nem tampouco motivo de escárnio diante de outras intervenções quando observados problemas psíquicos, fisiológicos e organizacionais. Observa-se que a espiritualidade contribui sobremaneira para a construção do caráter e da cosmovisão do militar, sendo *sine qua non* na qualidade de vida e saúde psicológica daqueles que a ela dão vazão. Para tanto, é essencial conhecer melhor como ocorre essa assistência espiritual, assim como qual é o papel do capelão militar nesse percurso.

3.1 Assistência espiritual nas instituições militares

A caserna é parte integrante do local de trabalho dos militares que, em outros termos, representa o quartel. Contudo, o quartel vai muito além do ambiente físico belicamente fortificado em que os profissionais passam boa parte dos seus dias, posto que, consoante Goffmann (1974), diz respeito à cultura organizacional de instituições centenárias, sendo a “bolha” na qual o militar assimila práticas e conhecimentos, operacionalizando-os diariamente na sua atividade-fim.

A caserna é a localidade em que o agente militar trabalha, alimenta-se, relaciona-se, dorme, acorda em um ciclo quase que sem fim. Além disso, as instituições militares também exigem o comprometimento pleno em missões que possuem hora e data de início, porém, o término é subordinado ao seu cumprimento, podendo demorar dias, semanas, meses ou anos. Essas e outras características revelam a peculiaridade do ambiente militar e não é sem razão que existem militares com formação nas áreas da saúde, da psicologia, mas também, na área da teologia.

Nesse cenário, então, surgem os serviços militares de natureza espiritual com o fito de atender às necessidades espirituais presentes na vida do militar. Esses serviços são inseridos ao trabalho de acompanhamento espiritual chamado “jornada da fé”. Comungando com essa perspectiva, Marcelo Coelho de Almeida, pesquisador da assistência religiosa em corporações militares, afirma:

O trabalho de capelania numa organização militar é um trabalho de assistência religiosa. Portanto, não pode estar relacionado apenas a uma confissão de fé ou opção religiosa que se privilegie em detrimento de outras. Jung (1988) afirma que o psicólogo não pode considerar a pretensão que tem todo credo religioso: a de ser único dono da verdade. **O estudioso da religião concentra sua atenção no aspecto humano do problema religioso, abstraindo o que as confissões religiosas fizeram com ele.** É nesta mesma perspectiva que aqui se disserta sobre a questão religiosa na caserna. Ou seja, uma proposta que considera a religião como crenças religiosas e não como uma confissão de determinado credo. (ALMEIDA, 2006, p. 36, grifo nosso).

Nesse meandro, a assistência espiritual atua, como ressalta Jung (1978), em realizar o encontro do ser humano com ele mesmo e também com sua dimensão espiritual. Atrelado a isso, a racionalidade humana se utiliza de meios para acessar aquilo que é sagrado, contudo, mediante a espiritualidade que o indivíduo consegue se aproximar do divino.

Com efeito, o quartel atua na mediação junto à assistência religiosa, objetivando propiciar um espaço que atenda aos desejos de seus profissionais, mesmo sendo uma área restrita e permeada por inúmeras missões constitucionais, a assistência religiosa se faz necessária. A finalidade é ajudar o militar a buscar sentido para sua existência, em especial perceber que é possível vivenciar o *numinoso* em sua vida prática. Nessa proposta, Almeida (2006, p. 44, grifo nosso) ratifica:

A cura de suas neuroses e seus sofrimentos só é possível se o homem atentar para um objetivo maior: a razão de sua própria existência, a busca pelo sentido da vida. Muito embora a abordagem de Franklin esteja estritamente aplicada ao uso clínico, suas descobertas lançam muitas contribuições para compreensão prática do que Jung chamou de guia espiritual. Pode-se inferir que o homem na caserna, apesar das contingências a que está sujeito, por viver em uma cultura com sentido próprio (este conceito será explorado mais detalhadamente na próxima seção), também é um ser nesta mesma busca por sentido. **Cabe ao serviço de assistência religiosa proporcionar meios de acessar o sagrado para facilitar tal encontro.**

Esse sentido de existência não é consignado pelo intelecto humano, ou mesmo pela atividade militar – ele é fruto da relação com Deus. Para o teólogo Agostinho, seja qual for a necessidade humana, tudo tem sede em Deus, encontrando-se com o sagrado, conforme uma de suas orações: “[...] dá-me a Ti mesmo, pois ainda que me desses tudo o que criaste, ainda me faltaria algo, ó fonte de todo bem.” (AGOSTINHO, 1987, p. 46).

Não obstante, deve-se rememorar que o militar é treinado para a guerra. Esse treinamento inclui a entrega plena da sua vida para a execução cabal da missão. Todavia, em picos de estresse, angústia, medo, além de receios atinentes aos exercícios e às operações militares, muitos profissionais sucumbem psicologicamente diante da morte. Exemplo disso, tem-se que:

Certo militar, ex-aluno, recém saído da academia, relata que diante da morte acidental de algum cadete, eles, alunos, ficavam muito tempo sem saber o que estava acontecendo e, quando os oficiais lhes davam a notícia, falavam de forma fria e extremamente abreviada. Em um caso de acidente que resultou na morte de dois cadetes, o instrutor, após dar a notícia, em seguida, no mesmo auditório, começou imediatamente a sua aula. Portanto, nota-se que em um ambiente de oitocentos alunos não há espaço para se ater ao que cada um sente ou como cada um reage à morte de um companheiro. (ALMEIDA, 2006, p. 49).

Nesse contexto, surge a prestação de assistência espiritual, promovendo acompanhamento pessoal e individual dos militares. A própria Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, prevê, em seu art. 5º, inciso VII, que “[...] é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.” (BRASIL, 2016, p. 13). Outrossim, a Lei Ordinária nº 6.923, de 29 de junho de 1981, ao dispor sobre o serviço de assistência religiosa das Forças Armadas, que é extensiva para as policiais militares e corpos de bombeiros militares – visto que são Forças Auxiliares –, positiva a finalidade, o funcionamento e a constituição, conforme abaixo:

[...] Art. 2º - O Serviço de Assistência Religiosa tem por finalidade prestar assistência Religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas.

Art. 3º - O Serviço de Assistência Religiosa funcionará:

I - em tempo de paz: nas unidades, navios, bases, hospitais e outras organizações militares em que, pela localização ou situação especial, seja recomendada a assistência religiosa;

II - em tempo de guerra: junto às Forças em operações, e na forma prescrita no inciso anterior.

Art. 4º - O Serviço de Assistência Religiosa será constituído de Capelães Militares, selecionados entre sacerdotes, ministros religiosos ou pastores, pertencentes a qualquer religião que não atente contra a disciplina, a moral e as leis em vigor. (BRASIL, 1981).

Além disso, em casos de cerceamento de liberdade de militares sob cumprimento de pena em presídios militares, a Lei Ordinária nº 9.982, de 14 de junho de 2000, garante tal direito assegurado aos detentos em regime fechado:

Art. 1º Aos religiosos de todas as confissões assegura-se o acesso aos hospitais da rede pública ou privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis ou militares, para dar atendimento religioso aos internados, desde que em comum acordo com estes, ou com seus familiares no caso de doentes que já não mais estejam no gozo de suas faculdades mentais.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 2º Os religiosos chamados a prestar assistência nas entidades definidas no art. 1º deverão, em suas atividades, acatar as determinações legais e normas internas de cada instituição hospitalar ou penal, a fim de não pôr em risco as condições do paciente ou a segurança do ambiente hospitalar ou prisional. (BRASIL, 2000).

No art. 2º da referida legislação, entende-se por “religiosos” todo e qualquer sujeito, independente de cargo ou de autoridade eclesial – em uma exegese aberta e extensiva – que é legitimamente autorizado a prestar assistência religiosa, sem distinção se é pastor, padre, bispo, freira etc. Logo, todos, incluindo detentos ou não, possuem o direito à assistência religiosa assegurado por lei, sob a égide da legislação federal.

Em relação às legislações estaduais, nas quais a PMMA se insere, é indiscutível a extensividade do ordenamento jurídico, mas também o cuidado do legislador ao garantir, similarmente às Forças Armadas, o direito à assistência religiosa dentro da corporação. A capelania militar foi instituída na PMMA no ano de 1993 durante o exercício do governo de Edison Lobão, sendo oferecidos dois cargos: um ocupado por pastor e outro ocupado por padre. Foi somente no ano de 2006, através da Lei nº 8.449, de 25 de agosto de 2006, que foi criada a Capelania Militar da PMMA:

[...] Art. 1º. Fica criada a Capelania Militar da Polícia Militar do Maranhão. Parágrafo único. A Capelania Militar de que trata o caput deste artigo integra a estrutura da Diretoria de Pessoal da Polícia Militar do Maranhão - PMMA.

[...] Art. 4º **O ingresso no Quadro de Oficiais Capelães (QOC) será mediante concurso público de provas ou de provas e títulos ou, ainda, por livre nomeação para cargos em comissão, pelo Governador do Estado, obedecendo ao disposto na presente Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.950 de 15 de abril de 2009).**

§ 2º Os candidatos aprovados no concurso a que se refere o caput deste artigo ingressarão na Polícia Militar como Aluno-Oficial-Capelão PM e submetidos a estágio não inferior a noventa dias, e se concluído com aproveitamento, serão nomeados ao posto de 1º Tenente-Capelão PM.

Art. 6º O Poder Executivo disporá sobre a regulamentação da Assistência Religiosa e sobre o Quadro de Organização da Capelania Militar da Polícia Militar do Maranhão e as leis em vigor. (MARANHÃO, 2006, grifo nosso).

Conforme a legislação mencionada, percebe-se que a assistência espiritual na PMMA é executada por oficiais da corporação, cujo quadro é destinado para tal (Quadro de Oficiais Capelães), inexistindo praças na composição orgânica do instituto legal. Além disso, assim como os oficiais combatentes, os oficiais capelães também podem ascender até o último posto da corporação – coronel – integrando o Alto Comando da corporação.

Ademais, o dispositivo legal também define a forma de ingresso na instituição, dispondo da hipótese da “livre nomeação” por parte do chefe do Poder Executivo estadual, além das outras formas já utilizadas para ingresso nos demais quadros da corporação. Entretanto, essa característica foi objeto de análise do Supremo Tribunal Federal (STF), após ação proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que culminou na suspensão das atividades da Capelania Militar da PMMA, cujo relator na Suprema Corte foi o Ministro Nunes Marques.

No entanto, após novo julgado do STF, os capelães puderem retornar às atividades ordinárias, devendo aguardar a realização de concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma da lei, para o ingresso de novos componentes para esse quadro.

3.2 Papel do capelão militar na assistência religiosa

Vale ressaltar que a capelania está intrinsecamente relacionada às questões religiosas e corporativas, percebendo-se suas raízes estabelecidas sob uma filosofia de trabalho firmada em princípios que agem, consoante Vieira (2011, p. 9), em “[...] uma espécie de espaço do sagrado, de apoio espiritual e ético e de consolo dentro das instituições que a adotam”.

A Capelania Militar integra a estrutura da PMMA com o escopo de prestar assistência religiosa e espiritual, tomando como base a instrução legal já mencionada anteriormente, atuando como responsável pela Espiritualidade no Ambiente de Trabalho (EAT) da PMMA, agindo junto à missão e à visão institucionais. Nessa perspectiva, Robbins (2005, p. 389-390) passa a definir EAT da seguinte forma:

[...] a espiritualidade no ambiente de trabalho apenas reconhece que as pessoas possuem uma vida interior, que alimenta e é alimentada por um trabalho com significado, realizado dentro do contexto de uma comunidade. [...] remete às discussões sobre temas como valores, ética, motivação, liderança e equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal.

Os fatores relacionados a espiritualidade são aplicados diretamente ao imaginário do militar, podendo produzir uma série de benefícios, tal Reave (2005 *apud* VASCONCELOS, 2008, p.46, grifo nosso) afirmou após um estudo pormenorizado analisando mais de cem literaturas, dizendo:

Identificou elevada consistência entre os valores (em termos de ideais estabelecidos), práticas encontradas em diversos ensinamentos de cunho espiritualizante e valores e práticas empregados por líderes aptos a motivar seus seguidores, a criar um **clima positivamente ético**, a inspirar confiança, a **promover relacionamentos positivos no trabalho** e a alcançar metas organizacionais, tais como produtividade elevada, reduzidos níveis de *turnover*, **maior sustentabilidade** e aumento na saúde dos empregados.

Diante desse cenário, surge a figura do capelão militar – o agente ativo da Capelania Militar, auxiliando na assistência religiosa dos militares da caserna. Nas polícias militares por muito tempo existiam diversos apontamentos quanto à organização de seu funcionamento.

Nesse fulcro, encontravam-se casos em que oficiais de alguma unidade especializada (choque, cavalaria, polícia ambiental etc.) eram “adequados” ao cargo de capelão, por já exercerem o ofício como padre ou pastor fora do aquartelamento. Tal fato pode ser exemplificado na Polícia Militar do Mato Grosso do Sul (PMMS) que, por muito tempo, só possuía um capelão militar, porém, em 2018 publicou novo edital para admissão de mais capelães, agora, para compor um quadro específico – Quadro de Oficiais Especialistas / Capelães.

Nessa égide, a análise desse trabalho contempla as atividades que um capelão realiza dentro de um contexto militar, através do aconselhamento, capelania hospitalar militar e cerimônias fúnebres. A vida no quartel para um capelão militar é composta por muitos deveres, assim como para os outros militares, conforme o excerto:

O capelão não está fora destas obrigações, pois **é tratado como qualquer outro oficial sujeito aos mesmos deveres e direitos**. Portanto, pode parecer inusitado o fato de um capelão ter de se apresentar todos os dias, fardado, para a chamada “parada diária”, no início e no fim de cada expediente. Nesta parada os militares fazem a ordem unida e apresentam-se ao comandante para o início e para o término de suas atividades diárias, além de hastear a Bandeira Nacional, diariamente. Ainda neste aspecto, **o capelão concorre também às escalas de formaturas militares, que são de grande importância no trabalho dentro de um quartel**. Dias de comemoração cívica ou em datas significativas para a corporação, o capelão ou qualquer outro oficial escalado deve atender a algumas destas funções junto à tropa: porta-bandeira, o oficial que leva o Pavilhão Nacional, comandante de fração de tropa, tais como Estado Maior, bandeiras históricas, tropa armada ou algum outro grupamento. **Quando está no comando, em ordem unida, o capelão deve utilizar de sua autoridade de oficial e comandar de forma irrepreensível os militares a ele subordinados naquela hora.** (ALMEIDA, 2006, p. 65, grifo nosso).

No trabalho religioso, a figura do capelão é essencial para o cultivo da EAT com certa regularidade, independente da matriz religiosa – protestante, católica, afrodescendente, entre outras. Em muitas corporações ocorrem reuniões de forma constante, semanalmente ou em ritmos diários. No exemplo da PMMA, essas reuniões já aconteciam antes mesmo da instituição legal da Capelania Militar, através da iniciativa dos militares que integravam alguma religião.

No dia a dia do capelão militar acontecem trabalhos religiosos em que o religioso deve dar assistência em várias Unidades Policiais Militares (UPMs) diferentes. A atividade exige que ele celebre, pelo menos uma vez por mês, a Santa Ceia, cultos ecumênicos e grupos de instrução pessoal – em momentos informais, mas que exigem a presença do capelão, como nas “células” – que estão frequentemente ligadas às igrejas evangélicas.

O papel do capelão militar no aconselhamento é uma forma de assistência religiosa que revela a importância da espiritualidade diante de transtornos psicológicos relacionados a ansiedade e depressão, além de oferecer suporte emocional perante problemas atrelados a divórcios, frustrações, perdas e crises emocionais. Exemplo disso, tem-se que:

Verifica-se, por exemplo, casos em que o capelão acompanhou de perto, através do aconselhamento, situações de acidentes, ou infortúnios quaisquer, que demandaram tomadas de decisões que vieram a contribuir com o bom andamento da rotina na caserna. Verificou-se, à guisa de exemplo, que quando houve intervenção deste pesquisador, informando ao seu comandante o ambiente e os sentimentos que se passavam na tropa, quando da morte de um soldado vítima de acidente motociclístico, as decisões emanadas daquele encontro com o comandante favoreceram o enfrentamento e o moral da tropa no momento difícil. (ALMEIDA, 2006, p. 70-71).

Outrossim, a visitação hospitalar consiste em atividade essencial para a capelania como um todo, dentre os militares e não militares. À guisa de exemplificação, a Associação de Capelarias Hospitalar Evangélica (ACEH) é uma organização que é referência nacional na assistência aos enfermos no Brasil e fora dele. Em primeira análise, está prevista a visitação hospitalar como atividade atinente ao capelão militar, além do dever de prestar assistência àqueles em situação de enfermidade. Contudo, as motivações vão além do cumprimento do dever legal, relacionando-se àquilo que é moral e, mormente, àquilo que é firmado sobre princípios ligados a espiritualidade, segundo abaixo:

A obra do capelão de hospital tem muito em comum com a obra do psiquiatra do hospital. Foi Platão quem disse: ‘Nenhuma tentativa se deve fazer para curar o corpo sem a alma, e se a cabeça e o corpo devem ser sadios, tereis que começar curando a mente.’ O hospital moderno é um estabelecimento impressionante e dispendioso. Há uma média de nove pessoas e meia cuidando de cada paciente, mas a maioria não tem contato com ele. Entretanto, malgrado todas as pessoas que correm para cá e para lá a fazer o bem, o paciente, que é quem recebe o benefício de todos estes esforços, pode julgar que o grande hospital moderno deve ser para ele um dos locais mais solitários e infelizes do mundo! Em primeiro lugar porque se acha separado do lar, da família e dos amigos. Em segundo lugar, porque sofre dores ou virá a sofrê-las. Em terceiro lugar, todos os temores básicos, que ele pode controlar quando sadio, despertam-se ao internar-se no hospital. Estes são os temores

da morte ou de tornar-se mutilado fisicamente ou de perder o controle emocional. Num hospital, estes temores têm muito mais probabilidade de sobrevir do que fora dele. Há grande ligação entre doença emocional física e espiritual. Consideremos, por exemplo, a depressão. É uma doença emocional comum. A pessoa deprimida pode ter várias queixas quanto a males físicos, que podem envolver qualquer órgão do corpo. Estas pessoas não têm apetite, sofrem de prisão de ventre ou de diarreia, podem sentir dor no peito ou palpitação, não têm sono, perdem o interesse em tudo e retraem-se do mundo, muitas vezes sentindo-se desprezadas por todos. Muitas vezes lhes sobrevém uma mórbida sensação de ter agido mal ou cometido o pecado imperdoável, e que Deus as abandonou, e que a doença seja castigo por seus pecados passados. (SOUZA LIMA *apud* VASSÃO, 1997, p. 51).

Dessa forma, Vassão (1997) deixa claro que o paciente olha para o hospital e enxerga nele um ambiente infeliz, de abandono e sofrimento. Entretanto, através da espiritualidade, o sujeito consegue transcender esse ambiente de sofrimento juntamente com a psicologia hospitalar, auxiliando no prognóstico, fazendo com que a atividade da capelania hospitalar “[...] alcance os familiares dos doentes de forma muito intensa e regular.” (ALMEIDA, 2006, p. 77).

Outro momento em que é ratificada a função do capelão militar é o cenário do luto. O dilema da morte é frequentemente observado nos quartéis, devendo a dor da morte ser amenizada – papel atribuído ao religioso militar. A atividade da Capelania Militar em consolar os aflitos e de proporcionar alternativas para as necessidades espirituais, seja nas cerimônias fúnebres, seja no tratamento da angústia é essencial, independe a religião, caso em que um capelão evangélico celebra cerimônia fúnebre de outras religiões dissidentes:

Desta forma, o capelão já teve a oportunidade de acompanhar e, em algumas vezes, lhe foi concedida a palavra, em cerimônias fúnebres de religiões tais como: budistas, espíritas kardecistas, seicho-no-ie, congregação cristã no Brasil, católica romana, católica ortodoxa, evangélicos de muitas denominações (metodista, batista, luterano, presbiteriano, assembleianos, universal do reino de Deus, renascer e outras igrejas neopentecostais). (ALMEIDA, 2006, p. 84).

O suicídio também é um momento em que necessita do capelão militar. Isso é propiciado não pelo manejo contínuo de armamentos, nem pela natureza da atividade, mas por condições subjetivas do indivíduo:

Portanto, isto quer dizer que a causa do coeficiente de agravamento que é **específico desta profissão** não está na repugnância que inspira, mas pelo contrário, **no conjunto de estados psíquicos, de hábitos adquiridos ou de predisposições naturais que constituem o espírito militar**. (DURKHEIM, 2000, p. 248, grifo nosso).

A questão da morte na caserna é realidade constante e exige um acompanhamento por parte da assistência religiosa. Dessa forma, a espiritualidade nas forças militares representa um tema imprescindível para confirmar a importância desse fenômeno dentro do ambiente militar, visualizando-se a atuação do capelão militar e suas contribuições diante do problema do sofrimento, da angústia e da morte. A influência da espiritualidade em situações relacionadas a condição mental é uma relação salutar, assunto que será trabalhado na seção seguinte.

4 ATIVIDADE POLICIAL E SUA RELAÇÃO COM O ESTRESSE

A violência vem ocupando um lugar de destaque cada vez maior frente aos problemas sociais, sendo noticiada no cotidiano dos brasileiros através dos grandes meios de comunicação, refletindo a falência de instituições sociais, provocada pela desigualdade social, pela guerra às drogas e por problemas conjunturais que envolvem todos os agentes da sociedade. Nesse sentido, surge a necessidade de um “poder-regular” para o controle da violência, bem como sua utilização “legal” para fins de manutenção da paz social.

No cenário brasileiro, a atividade policial implica em um conjunto de ações voltadas para a garantia da ordem e da incolumidade pública, principalmente, a fim de cumprir a sua missão constitucional da preservação dessa paz social. A manutenção da segurança, dos direitos e garantias individuais são o resultado da prestação de serviço das instituições policiais. Todavia, a atividade exercida pelas polícias militares – como parte integrante do Sistema de Segurança Pública (SSP) – é vista de alto risco, visto que atuam diretamente com a violência, a hostilidade e a morte diariamente, necessitando de relacionamento diário com a população.

A própria Lei Complementar nº 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Estatuto dos policiais militares da PMMA e dá outras providências, ratifica ao estruturar o *modus operandi* dessa corporação:

Art. 3º - O serviço policial-militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica e peculiar relacionadas com **o policiamento ostensivo e preservação da ordem pública.**

[...] Art. 39 - São manifestações essenciais do valor policial militar:

I - o sentimento de servir à comunidade, traduzido pela vontade inabalável de **cumprir o dever e pelo integral devotamento à preservação da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida.** (MARANHÃO, 1995, grifo nosso).

Desse modo, a própria atividade policial, em razão da natureza do trabalho, exige do profissional ações que expõem a constantes desgastes físicos, mentais e emocionais. A vivência cotidiana com a injustiça social, violência urbana e, mormente, com o potencial de matar ou morrer no acompanhamento de ocorrências, impacta diretamente no comportamento, nas volições e no modo de visualizar, ouvir e compreender as realidades da vida.

Diante disso, essa seção busca entender a gênese do estresse atrelado à atuação policial, bem como sua relação com a vida militar, percebendo a importância da prevenção do estresse através da espiritualidade e seus efeitos na qualidade de vida do policial.

4.1 Atividade policial militar frente aos desafios da contemporaneidade

A função policial militar, conforme disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no dispositivo jurídico presente em seu artigo 144, §5º consiste na “[...] polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.” (BRASIL, 1988). Nesse espectro, compete à atividade policial cumprir as missões constitucionais a ela impostas, podendo fazer, até mesmo, uso legítimo da força para a regulação de litígios sociais. Além disso, as polícias militares são agências promotoras de Segurança Pública, autorizadas e obrigadas legalmente para a resolução de demandas sociais.

Os sistemas policiais têm sua gênese no Brasil desde o Antigo Regime, tratando sobre a questão da segurança no território nacional, uma vez que:

Num momento de não especialização da atuação policial, forças militares tinham atividade de patrulhamento no espaço urbano e exerciam também atividade de controle de estradas e do problema dos escravos fugidos. Sua atuação se dirigia a um universo criminal ainda codificado pelas Ordenações Filipinas, em que o tratamento dos crimes era diverso. (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p.167).

Os grupos de polícia militarizados, desenvolvidos a partir do intuito descentralizador da Regência, foram recebendo, gradualmente, autonomia no tocante às dinâmicas políticas que interferiam até mesmo na formação das polícias (chefes de polícia, escrivães, delegados etc.). Todavia, o processo de centralização em uma célula provinciana foi retomado a partir do período Imperial em que conflitos armados internacionais necessitavam de um fortalecimento nacional para a vitória:

Principalmente a partir do fim da Guerra do Paraguai, quando as forças policiais se reorganizam e a Guarda Nacional começa a perder seu caráter policialesco, percebe-se o avanço de organizações policiais atreladas ao poder central, via presidente de província e ministro da Guerra. Esses aparatos passam a receber a fatia orçamentária mais avantajada das rendas provinciais e ganham preeminência em relação a outras forças policiais de caráter local ou municipal. (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 169).

Nesse espectro, o crescimento do Estado brasileiro encontrou espaço para o avanço através do fortalecimento das organizações policiais. Além disso, a presença da Polícia, bem como dos policiais, quando requisitada, servia como meio representativo da autoridade pública:

A sempiterna preocupação acerca do *'quis custodiet ipsos custodes'* (quem vigia os vigilantes) já aparece no discurso político do século XIX, com os remarques a respeito da emergência de um dano 'estado dentro de um estado.' Os mandatos policiais, reconhece-se, extravasam as meras prescrições pretorianas, esgueirando-se pela consecução de demandas muito mais difusas, que percorrem não apenas a pressão senhorial pela imposição da ordem escravista, o que transformaria os policiais em epítomes de capitães do mato, mas que assimilam solicitações mais comezinhas do 'público em geral', imerso nas questiúnculas invisíveis do dia a dia rural, mas que não despertavam interesse dos administradores quando vão elaborar os relatórios de prestação de contas. (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 170).

A Primeira República também foi um marco importante para a manutenção da ordem pública através da estruturação das polícias no âmbito do território nacional. Durante esse período, a atenção foi direcionada à figura do policial, desconstruindo sua imagem de ator histórico, passando a ser um elemento de representação, intrinsecamente ligado à cultura.

Histórias de detetive e de crime tornam-se parte de um mercado de livros que ainda é pouco conhecido. Policiais passam a aparecer em canções e peças teatrais, constituindo-se em personagem, permitindo uma abordagem diversa da questão e talvez interagindo com o lugar destes policiais na sociedade, cada vez mais marcado por essas imagens sobre as quais não têm controle e que terminam por ter impacto sobre os procedimentos públicos em relação aos policiais. Nesse período, privilegia-se o espaço urbano, como o espaço do novo, muito ainda devendo ser investigado sobre o interior, onde as configurações policiais são muito diversas, entre coronéis e o banditismo. (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 171).

No decorrer do tempo, os enfoques exagerados na representação do policial atrelado às transformações culturais que foram firmados a partir do tirocínio diário, impulsionaram uma imagem dura relacionada ao "mundo policial". Essa ideia é nitidamente visualizada nas prerrogativas profissionais e interesses particulares correlatos aos policiais.

No contexto da contemporaneidade, período marcadamente relacionado à queda da Bastilha, na França – evento fulcral para a Revolução Francesa, em 1789 – cuja extensão temporal ainda perdura nos tempos hodiernos, fato que retrata os pressupostos de transformação cultural e na organização da sociedade diante de conflitos e problemas sociais, afirma-se que:

A cena contemporânea comporta um complexo conjunto de dinâmicas e de camadas de sentido que se sobrepõem, mesclam, conflitam, negociam e conformam culturas híbridas. Vive-se inscrito, simultaneamente, em múltiplas dinâmicas, ambientes e redes de sentido, presenciais e midiáticas. A contemporânea aceleração e falta de tempo deriva em razoável medida da sobreposição e do entrelaçamento das camadas de vida, da multiplicidade de experiências simultâneas que caracterizam a sociabilidade contemporânea. (RUBIM, 2007, p. 114)

Nesses termos, a relação da contemporaneidade com a atividade policial pode ser observada:

Ainda assim, de forma geral, percebe-se uma nítida separação entre aqueles trabalhos que se interessam pelo **protagonismo policial**, destrinchando a partir de entradas diferentes as modalidades de atuação policial — organização, cultura, cotidiano, relação, hierarquia, funcionamento —, daqueles que, a despeito de retrair trajetórias de policiais, fazem um uso predominantemente ancilar da polícia, para comprovar propósitos instrumentais cumpridos pela instituição ou para demonstrar pressupostos dados de antemão pela expectativa comum, como as funções missionárias e de controle social. **Os espaços de autonomia, as prerrogativas profissionais, os interesses particulares não são considerados nesses casos** — os policiais servem apenas de “escada” para performances alheias ou como meros objetos cenográficos, mesmo que ocupem boa parte das narrativas historiográficas. (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 172, grifo nosso).

Não obstante, o policial militar, muitas vezes, no fulcro de resolver as problemáticas sociais, acaba se excedendo, acarretando em problemas de saúde nele próprio. Esses imbrólios ligados a atividade laboral podem ser definidos como uma resposta negativa, física e emocional, que decorre das exigências do trabalho, não encontrando fundamentação nas capacidades, recursos ou necessidades do trabalhador.

Essas intempéries estão relacionadas com reações desajustadas às pressões aferidas como excessivas ou de cobrança demasiada em virtude da atividade policial. Em muitos casos, essa resposta é o resultado a um evento ou uma mudança de vida. No entanto, na grande parte dos momentos em que sucedem tais acontecimentos, a condição atual do militar apenas deu vazão a algo que estava adormecido ou controlado, porém, que já existia e que o sujeito de algum modo conseguiu, até nesse momento, com êxito, não deixar que interferisse no seu trabalho.

Em suma, a literatura científica aponta uma diversidade de doenças que acometem os policiais militares, sejam ou não decorrentes de sua atuação, sobretudo em relação a transtornos mentais, riscos cardiovasculares, lesões musculoesqueléticas, alterações auditivas e problemas de saúde bucal. Isto ainda agrava-se quando os policiais julgam que a sociedade têm uma imagem negativa sobre eles, levando a uma baixa autoestima e reforçando uma desvalorização profissional na esfera social e institucional.

[...] Na perspectiva do sofrimento psíquico, observa-se que aproximadamente um terço dos policiais militares apresentam sintomas psicossomáticos, depressivos e de ansiedade. Certos fatores contribuem para o sofrimento psíquico desses profissionais, a saber: condições de trabalho inadequadas (equipamentos, orçamentos, remuneração, incapacidade técnica), carga excessiva de trabalho, sentimentos de insatisfação no trabalho, estresse, pressões, constrangimentos, cansaço físico, relacionamento familiar, desvalorização profissional, entre outros. Esse sofrimento pode ser intensificado no desempenho das atividades cotidianas, principalmente ao lidar com a morte ou com a sua iminência. (LOIOLA, 2019, p. 30).

Para esses sujeitos, o estresse no trabalho agrava ainda mais o problema, uma vez que o trabalho propicia questões voltadas a saúde mental existente, tornando-se impossível separar uma coisa da outra, impactando em todos as áreas da vida do indivíduo, seja a individual, seja socialmente. Para tanto, o próximo tópico busca relacionar o estresse à vivência militar, entendendo melhor a gênese do problema.

4.2 Relação entre estresse e vida policial militar

Os estudos acerca do estresse vêm ganhando maior notoriedade nos últimos anos. Isso se dá em razão do impacto negativo do estresse ocupacional no cotidiano dos trabalhadores atrelado ao funcionamento das instituições, sobretudo, naqueles em que suas atividades são indubitáveis para a sociedade, demandando ascetismo e dedicação, mesmo com o sacrifício da própria vida, como é a missão policial militar.

Para tanto, é imprescindível entender a gênese do que seja estresse, visto que é frequentemente utilizado para discorrer sobre uma grande quantidade de circunstâncias e sensações. Mesmo que possua conhecimentos distintos, a partir de diferentes perspectivas, uma pesquisa basilar afirma que:

Desde a Pré-história, há o reconhecimento de que o homem sofria exaustão após o trabalho, medo, exposição ao calor e frio, fome, sede, perda de sangue ou doença. Tais situações deflagravam uma série de desfechos biológicos e psicológicos, conhecidos hoje como estresse. [...] **O conceito de estresse passou a ter relação com o conceito de força, esforço e tensão no século XVIII e XIX.** Nesse período, destaca-se a ocorrência da Revolução Industrial, caracterizada pelo notável desenvolvimento econômico e deslocamento dos indivíduos do meio rural para o urbano a fim de trabalhar nas fábricas, o que levou a modificações radicais nas condições de vida da sociedade. No entanto, a miséria, o trabalho estafante e prolongado, as péssimas condições de moradia e de alimentação persistiram. **Assim, iniciam-se as discussões sobre a saúde do trabalhador no mundo e ampliam-se aquelas relacionadas ao estresse.** (GOULART; GUIDO; SILVA, 2018, p. 149, grifo nosso).

Nesse sentido, o progresso da tecnologia, o crescimento da competitividade, a pressão por emprego, além de problemas com relacionamentos interpessoais, são fatores diretamente ligados ao potencial estressante na vida dos indivíduos. Além disso, o sujeito humano está cada vez mais imerso em um processo intenso de transformações sociais com componentes dinâmicos que interferem na cognição, volição, emoção e nas influências sociais.

Desse modo, a definição de estresse, conforme Rossi (1994), é derivada do latim *stringere*, cujo significado é “espremer”, sendo utilizada frequentemente no século XII como conotação de “adversidade” ou “aflição”. Já nos séculos XIII a XIX, o conceito foi correlacionado à força, pressão ou mesmo um tipo de esforço, produzido pelo ser humano. Todavia, foi no século XX que a produção acadêmica passou a discriminar melhor o que seja o estresse.

Nesse contexto, surgiu uma releitura desse vocábulo a partir do endocrinologista canadense Hans Selye (1907-1982), uma vez que entre as décadas de 1930 e 1960, ele passou a dedicar maior tempo para observar os fenômenos percebidos pela resposta fisiológica das pessoas diante de estímulos sensoriais e psicológicos, tendo o potencial de provocar consequências negativas a todo o organismo humano – tecidos, órgãos, sistemas etc. – desenvolvendo assim, suas premissas (MORAES, 2012).

Não obstante, o fisiologista Cannon (1871-1945), na década de 1930, passou desenvolver o conceito de homeostase – um tipo de esforço do corpo humano para a manutenção do estado de equilíbrio interno.

Nessa égide, Selye (1959) infere que o estresse seria a quebra do equilíbrio dentro do organismo. Sob essa óptica, o endocrinologista expandiu as pesquisas de Cannon, visualizando o equilíbrio interno como um resultado da adaptação única e geral do corpo, denominando-a de Síndrome do Estresse Biológico (MORAES, 2012).

Para tal, Khorol (1975), médico soviético, reafirma essa abordagem de Selye, refletindo sobre o impacto fisiológico dissidente das modificações produzidas por estímulos estressores, definindo-o:

Apesar de os desequilíbrios possíveis apresentarem uma gama variada, os sistemas do nosso organismo, como indica Selye, reagem em todos os casos de maneira idêntica: observa-se uma hiperatividade na substância cortical, nas glândulas supra-renais e uma atrofia do timo (glândula endócrina). Esta reação do organismo é geral. Em cada caso concreto difere apenas quanto à intensidade do processo de adaptação, intensidade que é proporcional à amplitude do desequilíbrio, sempre e quando os sistemas de adaptação funcionem normalmente. (KHOROL, 1975, p. 6).

Segundo Selye (1959), o quantitativo de tempo em que os agentes estressores agem no corpo humano e a forma como se desenvolvem as reações do organismo a fim de mitigá-los, refletindo assim, em uma classificação e divisão em fases diversas:

Fase 1 - Reação de alarme. É a primeira reação do organismo ao stress. Seus esforços são decorrentes da ativação do sistema nervoso simpático, mobilizando o corpo para ficar pronto para enfrentar o desafio, isto é, os agentes estressores;

Fase 2 - Resistência. Com a persistência do evento de stress, o corpo mantém-se ativado, ainda que num grau menos intenso, de forma a manter seus recursos disponíveis para o embate;

Fase 3 - Exaustão. Exigido a manter-se ativado para o combate do evento estressante por um período mais longo do que aquele que consegue suportar, o organismo entra em exaustão e torna-se vulnerável. Há uma queda na capacidade de pensar, de lembrar e de agir, como também na capacidade de resposta do sistema imunológico, abrindo portas para o surgimento de doenças. (MORAES, 2012, p. 17).

Esse modo de compreender o nível de estresse no corpo humano, através da divisão em três fases, por muito tempo foi o formato mais utilizado pelos pesquisadores. Entretanto, por meio da construção do Inventário de sintomas de estresse para adultos de Lipp (2000), admitiu-se mais uma fase: momento intermediário conhecido como “Quase-exaustão”, passando a se adotar, a partir de então, um modelo quadrifásico, conforme adscrito:

1- Fase de alerta: neste estágio há uma quebra da homeostase, gerando a necessidade do indivíduo produzir mais força e energia para combater o desafio ou ameaça percebida. Os esforços do organismo focam o enfrentamento da situação estressora. Pesquisas de Lipp e Malagris (1995) apontam que as mudanças hormonais desta fase contribuem para um aumento de motivação e energia do organismo, o que se não excessivo, pode gerar aumento de produtividade, inclusive no trabalho.

2- Fase de Resistência: nesta fase o organismo continua buscando o reequilíbrio para a situação anterior à quebra da homeostase. Esse processo pode despende uma grande quantidade de energia, gerando sensação de desgaste, dificuldades para concentração, memória, entre outros sintomas. Caso o organismo consiga adaptar-se ou resistir ao estressor nesta fase, o processo de stress se interrompe sem sequelas maiores ao indivíduo (LIPP, 2003).

3- Fase de Quase-Exaustão: o indivíduo chega a esta fase quando o processo de stress não foi interrompido na fase anterior. Nesse caso, o organismo já está tentando enfrentar, sem muito sucesso, o estressor por um considerável período de tempo. Sendo assim, o funcionamento do corpo em estado alterado por todo esse tempo começa a gerar sintomas de cansaço e ansiedade, levando ao aparecimento de algumas doenças.

4- Fase de Exaustão: já tendo despendido todos os seus esforços e não conseguindo resistir ao estressor, o indivíduo avança até a última fase. Lipp (2003) afirma que sintomas físicos mais graves, doenças e sintomas psicológicos como a depressão podem ser característicos da Exaustão. Caso esse quadro não seja revertido, consequências bastante ruins ocorrerão para o organismo, podendo ter como resultado final a morte. (MORAES, 2012, p.18).

Outrossim, entende-se que os estímulos estressores podem ser: físicos, quando estão relacionados a componentes externos ao indivíduo, como mudanças na fisiologia – fome, dor, excesso de atividades físicas; emocionais, potencializados pelo medo, pela perda, mudanças bruscas; e cognitivo, ligados a fatores que ameaçam a vida e o patrimônio (BENEVIDES-PEREIRA, 2002).

Nesse meandro, consoante Rossi (1994), esses estímulos possuem resposta por parte do organismo, podendo esses efeitos serem positivos ou negativos, dependendo do modo que o indivíduo responde, na intensidade do estímulo, do tempo de duração, etc. Para tal, afirma-se que as respostas positivas:

[...] são resultantes da percepção do agente estressor pelo sujeito como um desafio capaz de ser superado. Elas são agradáveis e possibilitam o desenvolvimento emocional e intelectual do indivíduo, na medida em que o estimulam para a ação e o tornam mais produtivo. Este nível positivo de estresse foi denominado por Seyle (1956 apud ROSSI, 1994) de *eustress*. Por exemplo: um aluno antes de realizar uma prova, passa por um período de estresse que o estimula a estudar para atingir uma boa nota; após a sua efetivação, a tensão desaparece e tudo se normaliza. (MORAES, 2012, p. 13).

Contudo, as respostas negativas atuam, não como impulsionadores de um resultado positivo ao indivíduo, porém, remete a uma consequência nociva ao organismo, uma vez que:

[...] são resultantes da percepção do agente estressor pelo indivíduo como uma ameaça. Elas são desagradáveis e prejudiciais ao homem, correspondendo a uma condição patológica denominada também por Seyle [1976] de *distress*. Por exemplo: um indivíduo trabalha num determinado local onde se exige que os objetivos sejam alcançados sempre em prazos curtos, não correspondendo ao período de tempo necessário para a sua efetivação; dessa forma, o indivíduo fica submetido durante um longo período à ação insistente do estressor, ocasionando um desequilíbrio na tríade corpo, mente e emoção. (MORAES, 2012, p. 13).

Esses efeitos são diversos, a depender do indivíduo, do contexto, da intensidade, da forma, conforme a autora:

[...] o estresse causa respostas diferentes em cada indivíduo. O que para uma pessoa pode ser um acontecimento devastador, como por exemplo, o divórcio, para outra pessoa pode ser uma oportunidade de desenvolvimento. Nossa percepção da realidade é o fator definitivo na determinação do estresse positivo ou negativo; em síntese, a consequência que cada um de nós experimenta devido ao estresse depende da cor das lentes que usamos para filtrar a realidade à nossa volta. (ROSSI, 1994, p. 27).

Nesse fulcro, o estresse inclui também consequências fisiológicas, principalmente nos indivíduos que estão submetidos a um contexto extenuante – os agentes de Segurança Pública.

A literatura assevera uma multiplicidade de doenças que afetam os policiais militares, sendo ou não consequência da sua atividade, relacionando a transtornos psicológicos, problemas cardiovasculares, lesões, entre outros. Diante disso, o cenário se torna ainda mais debilitante, posto que a sociedade faz uma leitura negativa desses profissionais, depreciando os seus trabalhos, o que provoca uma condição de menor autoestima e desvalorização social.

O sofrimento psicológico é frequente entre os policiais militares, como já mencionado pelos fatores supracitados, visto que grande parte deles possui sintomas de transtornos relacionados a depressão e a ansiedade, fato provocado pelas más condições de trabalho, sentimentos de insatisfação com a atividade laboral, estresse, pressões etc. (LOIOLA, 2019). Ademais, o estresse impulsiona o aumento de outros problemas fisiológicos:

As doenças cardiovasculares, assim como na população geral brasileira, são um dos principais motivos para afastamento do trabalho dos militares, isto porque o alto nível de tensão atinge grande parte do contingente, sendo presente quadros de hipertensão arterial sistêmica (HAS) com alarmante prevalência de excesso de peso e sedentarismo. Os índices dos policiais militares, quando comparados com a população civil, apresentam prevalência superior relativa, pois são considerados nessa análise os níveis percentuais em virtude da impossibilidade de comparação com números totais. Portanto, observando as evidências, os policiais constituem um grupo de risco de doenças cardiovasculares a ser constantemente observado. (LOIOLA, 2019, p. 31).

O trabalho policial por si só acarreta uma série de problemáticas voltadas para o desgaste físico, emocional e psicológico, atuando como um potencializador de enfermidades, mormente, pela peculiaridade a ele relacionada:

[...] constante exposição ao perigo, violência e riscos iminentes, horários de trabalho noturno, horários irregulares para alimentação, exposição constante ao sol, chuva e vento, períodos longos em posição ortostática (em pé), podendo acarretar sobrecarga física e emocional ao profissional, tendo inclusive repercussões na sua vida familiar, na sua qualidade de vida, nas relações sociais que estabelece e na sua saúde. (BORGES, 2013, p. 677 *apud* LOIOLA, 2019, p. 33)

Dentre as inúmeras causas do estresse, ressaltam-se quatro principais, segundo Delboni (1997): fatores sociais; fatores familiares e afetivos; fatores organizacionais; fatores pessoais. À luz disso:

São **fatores sociais** a falta de segurança nas cidades, o trânsito nos grandes centros urbanos, dificuldades financeiras, desemprego, entre outros. Os **fatores familiares** e afetivos estão diretamente ligados à relação entre pessoas. Podem ser exemplificados por: problemas de relacionamento conjugal e com amigos, situações de doenças prolongadas na família,

conflitos familiares e outros acontecimentos da vida familiar, como o nascimento, a morte, o casamento, o divórcio, entre outros.

Os **fatores organizacionais** estão relacionados tanto ao âmbito escolar como ao do trabalho, como exemplo podem ser citados: problemas de relacionamento com colegas; dificuldade de aprendizagem; conflitos com as autoridades que regem a instituição, seja ela escola ou empresa, podendo essas pessoas ser professores, diretores ou chefes de departamento etc. Existem outros fatores que têm a ver com o trabalho, como a deficiência na estrutura da instituição para a qual se trabalha; falta de recursos materiais suficiente para o desempenho da função; indefinição quanto ao futuro da empresa; falta de capacitação profissional; excesso de trabalho; baixo salário; insegurança quanto ao vínculo empregatício; discrepância entre objetivos e período de tempo ou capacidade para realizá-los; entre outras condições específicas dos espaços profissionais.

Os **fatores pessoais** compreendem as dificuldades emocionais do indivíduo. Podem ser entendidas como sentimento de culpa (atribuído aos outros ou a si mesmo), de raiva contida e de medo (de falar o que pensa, não ser aceito, errar, não ser capaz, perder etc.). Também se pode ser enquadrada nesta categoria a insatisfação com a aparência física (estética). (CABRAL, 2004, p. 16-17, grifo nosso).

No cotidiano policial militar, pela alta carga de trabalho propiciada pela rotina administrativa – voltada para a gestão institucional, através de pastas relacionadas a finanças, controle de efetivo, armamento, logística, procedimentos jurídicos de inquéritos e sindicâncias, planejamento de operações, ordens de serviço, entre outros, atuam como agentes estressores nesse processo.

Aliado a isso, por intermédio da rotina operacional – em um combate diuturno à criminalidade, por meio do controle de distúrbios civis, policiamento ostensivo e repressivo, confrontos armados, risco eminente em ocorrências policiais permeados por condições insalubres – o policial militar fica ainda mais suscetível a fatores organizacionais diante do problema do estresse.

Quando trata-se da atuação do policial militar, deve-se considerar o fato de que o estresse está diretamente vinculado ao trabalho deste profissional, visto que, suas atividades se desenvolvem constantemente em meio conflitivo, fazendo com que a saúde deste profissional seja afetada drasticamente, não apenas pela operacionalidade de seu trabalho, mas também pelos aspectos organizacionais das instituições policiais. Estudo realizado com policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, indicou que, as corporações policiais destacam-se devido à pesada carga horária de trabalho e sofrimento, que acarretam em desgaste físico e mental. (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019, p. 20)

Nesse espectro, percebe-se que o estresse se torna um problema crônico em associação ao mundo laboral, isto é, o estresse ocupacional, tem-se o risco real do acometimento da Síndrome de *Burnout*. Freudenberger (1974 *apud* BENEVIDES-PEREIRA, 2002), autor que propagou esse vocábulo no cenário acadêmico, relaciona-o ao esgotamento físico e mental.

A Síndrome de *Burnout* é caracterizada, no dizer de MARTINS *et al.* (2019), pelo conjunto de sintomas que representam o esgotamento do sujeito em decorrência do trabalho, manifestado pela carência de energia física e mental (exaustão emocional), falta do interesse pelo trabalho (despersonalização) e sentimentos de autodesvalorização (reduzida realização profissional), sendo essas características mais bem explicadas por França e Rodrigues (2012, p. 53-24, grifo nosso):

Exaustão emocional

Diante da intensa carga emocional que o contato frequente e intenso com pessoas impõe, principalmente com aquelas que vivem situações de sofrimento, o indivíduo pode desenvolver uma exaustão emocional. O profissional sente-se esgotado, com pouca energia para fazer frente ao dia seguinte de trabalho, e a impressão que ele tem é de que não terá como recuperar (reabastecer) essas energias. Esse estado costuma deixar os profissionais, pouco tolerantes, facilmente irritáveis, 'nervosos', 'amargos', no ambiente de trabalho e até mesmo fora dele, com familiares e amigos.

Despersonalização

É o desenvolvimento do distanciamento emocional que se exacerba, como frieza, indiferença diante das necessidades dos outros, insensibilidade e postura desumanizada. [...] Como resultado do processo de desumanização, o profissional perde a capacidade de identificação e empatia com as pessoas que o procuram em busca de ajuda e as trata não como seres humanos, mas como 'coisas', 'objetos'. Tende a ver cada questão relacionada ao trabalho como um transtorno, como mais um problema a ser resolvido, pois que o incomoda e perturba. Assim, o contato com as pessoas será apenas tolerado, e a atitude em geral será de intolerância, irritabilidade, ansiedade.

Redução da realização pessoal e profissional

Diante de tal deterioração da qualidade da atividade, a realização pessoal e profissional fica extremamente comprometidas. [...] a sensação que muitos tem é que 'estão batendo com a cabeça', 'dando murro em ponta de faca', dia após dia, semana após semana, ano após ano, o que desenvolve intensos sentimentos de decepção e frustração. [...] Pode surgir a sensação de que se tornou outro tipo de pessoa, diferente, bem mais fria e descuidada. Como consequência, surge queda da autoestima, que pode chegar à depressão.

Por conseguinte, essa síndrome provoca aos seres humanos e às organizações efeitos extremamente negativos, uma vez que, mediante o decréscimo na saúde biopsicossocial, problemas atinentes ao trabalho salutar, isolamento social e a aposentadoria precoce, além de colocar em risco a segurança dos atores envolvidos no sistema de Segurança Pública, como o são os cidadãos que possuem o direito à segurança sob a tutela do Estado.

Esse imbróglio decorre de profissionais que atuam direcionados a assistência: perante as enfermidades da população; das necessidades dos sujeitos; das suas próprias necessidades. Nessa égide, essa síndrome acomete, na grande maioria, profissionais da saúde e da Segurança Pública, haja vista a relação perene entre estes e a sociedade.

Segundo uma pesquisa realizada na Polícia Militar do Pará, na cidade de Marabá, em um quantitativo de 140 policiais entrevistados, 67,6% dos entrevistados, entre homens e mulheres, revelaram muita exaustão emocional. Além disso, 52,8% desses agentes apresentaram “despersonalização” e apenas 34,6% possuíam um certo grau de Envolvimento Pessoal, o que reflete na redução da realização profissional. Tal fato exemplifica a incidência, em certo grau, do estresse crônico – levando a casos de Síndrome de *Burnout* – nos agentes policiais (MARZZONI; OLIVEIRA; FERREIRA, 2021).

Diante dos fatos supracitados, ressalta-se também que a incidência de estresse também está relacionada aos índices de suicídio, ainda mais em se tratando da rotina policial militar. O estresse ocupacional é um dos principais agentes propulsores do suicídio já analisados por especialistas ao vislumbrarem o tema:

O estresse ocupacional é um dos fatores de risco mais explorados por especialistas no tema do suicídio. A maioria dos estudos testou a relação entre níveis de estresse distintos, suicídio e atividades de polícia. [...] investigaram a associação entre policiamento, estressores potenciais e níveis de estresse no universo de 617 policiais membros da força metropolitana francesa. A pesquisa considerou grupos de policiais de posições institucionais distintas (policiais responsáveis pelas atividades operacionais e oficiais gestores da cúpula administrativa da instituição). (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016, p. 8).

Portanto, percebe-se a necessidade de discussões acerca do tema, bem como uma intervenção ativa a partir da prevenção do estresse. Para tanto, a espiritualidade atua diretamente nesse meandro, através da assistência espiritual, a fim de que o policial militar consiga superar os entraves oriundos da profissão, dos relacionamentos interpessoais, da sociedade e de si mesmo, possuindo uma relação com o transcendente aonde quer que ele esteja. Nesse sentido, a próxima seção continuará a debater o tema, trazendo à tona a influência da espiritualidade na prevenção do estresse, assim como seus efeitos na qualidade de vida do policial militar.

4.3 Espiritualidade, estresse e qualidade de vida do policial militar

Vale salientar, a princípio, que o estresse precisa ser mitigado em uma sociedade tão acelerada e que é constantemente afetada por transtornos psicológicos.

Isso representa um risco à saúde, ao emprego e à corporação Polícia Militar, visto que possuir profissionais que não estão em uma condição salutar, além de lidarem com armas de fogo e outros instrumentos letais, representa um potencial de dano avassalador.

Nessa perspectiva, a atuação da espiritualidade surge como um meio não farmacológico que pode agir diretamente na prevenção do estresse, resultando na melhora da qualidade de vida do policial militar. Exemplo disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a considerar a espiritualidade como parte integrante da saúde do indivíduo, agindo como meio de resolução de problemas fisiológicos, emocionais e mentais:

Em 1988, a Organização Mundial de Saúde (OMS), incluiu a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, remetendo a questões como significado e sentido da vida, e não se limitando a qualquer tipo específico de crença ou prática religiosa. (OLIVEIRA: JUNGES, 2012, p. 169).

Como resultado, é fulcral compreender o que seja a espiritualidade, conforme visto em seções anteriores, e considerar que ela consiste na afinidade do indivíduo com o que é transcendente, possuindo uma relação com a divindade, em uma espécie de sentimento *numinoso* – reflexivo sobre a existência e o sentido do ser humano. A prática espiritual oferece uma percepção de paz, alegria e segurança, contribuindo para a redução do estresse, da ansiedade e da depressão (SANTOS; SITTA, 2020).

Ademais, segundo Oliveira e Junges (2012, p. 469), “[...] nos últimos tempos, a psicologia tem se voltado ao estudo da espiritualidade/religiosidade e sua relação com a saúde mental, o bem estar psicológico e a integração bio-psicosocio-espiritual do ser humano.” A espiritualidade faz com que o indivíduo possua pensamentos mais positivos, resilientes e que podem agir como uma barreira para o estresse, mesmo diante de episódios complexos e de crises emocionais.

Sitta e Santos (2020, p. 11) afirmam que a “[...] fé ao reduzir a ansiedade, provoca uma sensação de calma, aliviando a constante sensação de alerta causada pelo estresse.” Outrossim, a literatura já relaciona a espiritualidade à promoção de saúde, à guisa de exemplificação, tem-se o *coping* religioso/espiritual (CRE) – palavra que representa a ligação entre o contexto espiritual ao material.

O CRE está relacionado “[...] aos comportamentos e crenças religiosas apresentados pelas pessoas para facilitar a resolução de problemas e prevenir ou aliviar consequências emocionais negativas de situações estressantes” (SILVA; FOCH; ENUMO, 2017, p. 54-55). Além disso, a produção acadêmica passou a fortalecer esse conceito, buscando a origem dos esforços desse relacionamento com a divindade como meio para a resolução problemas relacionados ao estresse.

Para tal, Pargament (1997) definiu o *coping* religioso/espiritual positivo (CREP), atrelando à ideia da busca por assistência espiritual na resolução de problemas que necessitam da ajuda da divindade, redefinindo o estressor de modo benevolente, por meio de preces, perdão e comunhão entre os seres humanos na relação com o divino.

Essa relação figura até mesmo na Medicina, como meio não farmacológico, demonstrando a relevância clínica da espiritualidade. Todavia, durante muito tempo a espiritualidade não foi considerada como um meio de tratamento, desconsiderando-se qualquer correlação com a psiquiatria, consoante abaixo:

A ideia de que religião e psiquiatria sempre estiveram em conflito é senso comum. Um dos mitos fundadores da psiquiatria é que psiquiatras libertaram o gênero humano da superstição religiosa em relação aos transtornos mentais. Entretanto, estudos históricos mais recentes têm questionado essa visão e mitos como os de que na Idade Média considerava-se que os transtornos mentais tinham apenas causas demoníacas, sem consideração por etiologias naturais. [...] De fato, a história das religiões e a atenção a pessoas sofrendo de transtornos mentais têm muitos pontos em comum. Os xamãs, representantes provavelmente da primeira profissão do mundo, eram um misto de sacerdote e psiquiatra. Na civilização ocidental, organizações religiosas proveram alguns dos primeiros cuidados aos portadores de sofrimento mental. [...] A partir do século XIX, alinhados com alguns intelectuais antirreligiosos, que consideravam religiosidade um estado social e intelectual primitivo, alguns médicos como Charcot e Maudsley desenvolveram críticas e tomaram como patológicas várias experiências religiosas. Freud, ao adotar uma postura de desvalorização da R/E, teve grande influência sobre a comunidade médica e psicológica. Ele enfatizou a influência irracional e neurótica da religiosidade sobre a psique humana. [...] Embora houvesse psiquiatras com uma visão mais positiva da religiosidade, como Carl Gustav Jung, a postura negativa era predominante. (MOREIRA-ALMEIDA, 2009, p. 3).

Além de que, ainda segundo o autor supramencionado, considerar a espiritualidade no tratamento de enfermidades era necessário para integrar a formação médica nos últimos anos:

Por todos esses fatores, em nosso treinamento como médicos, em especial na área da psiquiatria, normalmente a questão da espiritualidade não era abordada ou, quando era, a ênfase se dava basicamente em seus (reais e supostos) efeitos deletérios. Religiosidade e espiritualidade eram habitualmente consideradas como associadas com neurose, repressão,

imaturidade psicológica, intolerância, baixa adesão aos tratamentos médicos e baixo nível intelectual.

A ideia de que espiritualidade era apenas um vestígio do passado que desapareceria com o progresso cultural, social e psicológico foi uma crença que tomou força em meados do século XIX e se tornou predominante nos meios acadêmicos ocidentais ao longo da maior parte do século XX. O debate sobre as relações entre R/E e saúde é habitualmente permeado de preconceitos, de opiniões pré-formadas, tanto a favor quanto contrárias à espiritualidade. A maioria das pessoas tem opiniões sobre o tema, mas habitualmente essas opiniões foram formadas sem uma análise aprofundada das evidências disponíveis. É fácil deslizar, por um lado, para um ceticismo intolerante e uma negação dogmática ou, por outro, para uma aceitação ingênua de afirmações pouco fundamentadas. (MOREIRA-ALMEIDA, 2009, p. 4).

Desse modo, percebe-se a relevância clínica da espiritualidade diante de doenças relacionadas aos seres humanos. Pesquisas também revelam que pessoas, cujo exercício da espiritualidade é contínuo, possuem melhores condições para a resolução de problemas direcionados a saúde:

A ampla maioria dos estudos de boa qualidade, realizados até o momento, aponta que maiores níveis de envolvimento religioso estão associados positivamente a indicadores de bem-estar psicológico, como satisfação com a vida, felicidade, afeto positivo e moral elevado, melhor saúde física e mental. O nível de envolvimento religioso tende a estar inversamente relacionado à depressão, a pensamentos e comportamentos suicidas, ao uso e abuso de álcool e outras drogas. Habitualmente, o impacto positivo do envolvimento religioso na saúde mental é mais intenso entre pessoas sob estresse ou em situações de fragilidade, como idosos, pessoas com deficiências e doenças clínicas. (MOREIRA-ALMEIDA, 2009, p. 5).

Nesse espectro, entende-se que a espiritualidade atua diretamente na promoção de uma melhora da qualidade de vida dos indivíduos, agindo no controle da ansiedade, depressão e outros transtornos psicológicos, tendo resultados melhores mesmo se comparados às técnicas de relaxamento mental, posto que “[...] os escores de ansiedade foram significativamente mais baixos entre os que se submeteram à meditação devocional quando comparados com o grupo de relaxamento progressivo e o grupo controle.” (MOREIRA-ALMEIDA; STROPPIA, 2009, p. 4).

Outro aspecto relevante está relacionado à prevenção do estresse e de outros problemas correlatos a psiquê. Nesse meandro, ressaltam-se os fatores protetores, ou seja, aqueles que fortalecem as barreiras psíquicas perante potenciais agentes estressores, revelando:

Um estudo qualitativo investigando fatores protetores do uso de drogas entre adolescentes muito pobres, residentes em áreas violentas de São Paulo, apontou a religiosidade como o segundo principal fator protetor, depois somente de família estruturada. Família estruturada, por sua vez, estava associada com família religiosa. (MOREIRA-ALMEIDA; STROPPIA, 2009, p. 5).

Portanto, infere-se que a espiritualidade influencia, não só na resolução de enfermidades no que concerne à saúde psicológica, mas também na prevenção de demais patologias, como aquelas ligadas ao estresse. Desse modo, é de suma importância uma reflexão racional dos efeitos práticos do exercício do sentimento *numinoso* no dia a dia do policial militar, ratificando-se que a Polícia Militar do Maranhão dispõe de assistência religiosa, representada pela Capelania Militar, com o escopo de atenuar problemáticas voltadas a rotina militar.

Por conseguinte, a próxima seção busca exemplificar a *práxis* da espiritualidade no cotidiano policial, a partir de um estudo exploratório e descritivo, demonstrando que a essência da relação com a divindade é permeada por diversos benefícios, sobretudo, equilíbrio mental e espiritual.

5 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A produção do conhecimento é *sine qua non* para o progresso da sociedade, ciência, tecnologia, informação etc. Com isso, pode-se produzir conhecimento através de estudos avançados, denominados “pesquisa científica” sendo “[...] entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem” e que são “[...] parte integrante de todo o processo reconstrutivo do conhecimento.” (DEMO, 2000, p. 20).

A finalidade de uma pesquisa é “[...] resolver problemas e solucionar dúvidas, mediante a utilização de procedimentos científicos” (BARROS; LEHFELD, 2000, p. 14), por meio de questionamentos formulados relacionados aos fatos que continuam enegrecidos e que precisam de respostas satisfatórias para sua elucidação. À luz disso, existe uma gama variada de pesquisas que propiciam a coleta de dados acerca do que é investigado.

As razões para a formulação de uma pesquisa específica são consolidadas a partir da determinação do pesquisador em fazê-la, uma vez que se exige maior precisão teórica sobre os fenômenos ou problemas da sociedade, estruturando-se:

A pesquisa científica é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Sua finalidade é descobrir respostas para questões mediante a aplicação do método científico. A pesquisa sempre parte de um problema, de uma interrogação, uma situação para a qual o repertório de conhecimento disponível não gera resposta adequada. Para solucionar esse problema, são levantadas hipóteses que podem ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa. Portanto, toda pesquisa se baseia em uma teoria que serve como ponto de partida para a investigação. No entanto, lembre-se de que essa é uma avenida de mão dupla: a pesquisa pode, algumas vezes, gerar insumos para o surgimento de novas teorias, que, para serem válidas, devem se apoiar em fatos observados e provados. Além disso, até mesmo a investigação surgida da necessidade de resolver problemas práticos pode levar à descoberta de princípios básicos. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 43).

Assim, pesquisar cientificamente consiste na procura por conhecimentos, firmando-se em meios com o potencial de proporcionar confiabilidade aos resultados, mediante “[...] um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 157).

Desse modo, essa seção tem o objetivo de fornecer uma análise técnica, através de observações, análise, deduções interpretadas e reflexão crítica, com o fito de buscar respostas do modo como a espiritualidade atua, além dos seus impactos na prevenção do estresse e dos seus efeitos na qualidade de vida do policial militar.

5.1 Metodologia

O objeto de análise dessa subseção está relacionado aos procedimentos metodológicos aplicados na elaboração dessa pesquisa acadêmica, bem como o caminho percorrido para a delimitação, abordagem, tipologia e finalidade desse trabalho monográfico, contemplando aquilo que Gil (2008, p. 8) entende como sendo um “[...] conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” para que o objetivo seja alcançado, mormente, sob a égide de um método científico.

5.1.1 Pressupostos epistemológicos, abordagem e tipologia da pesquisa

Vale salientar que, como pressuposto epistemológico foi o interpretativo, no critério método científico. Utilizou-se o fenomenológico, a fim de descrever o fenômeno observado pelos pesquisados, consistindo em revelar o que é dado e descrever esse dado, segundo Gil (2008, p. 14), já que “[...] não explica mediante leis nem deduz a partir de princípios, mas considera imediatamente o que está presente à consciência: o objeto.” Outrossim, pode-se afirmar que:

A fenomenologia preocupa-se em entender o fenômeno como ele se apresenta na realidade. Não deduz, não argumenta, não busca explicações (porquês), satisfaz-se apenas com seu estudo, da forma com que é constatado e percebido no concreto (realidade). (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 127).

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema, utilizou-se a abordagem quantitativa e qualitativa, entendendo que há correlação dinâmica entre o mundo real e o indivíduo, assim como:

[...] **Pesquisa quantitativa:** considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.).

[...] **Na abordagem qualitativa,** a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. A utilização desse tipo de abordagem difere da abordagem quantitativa pelo fato de não utilizar dados estatísticos como o centro do processo de análise

de um problema, não tendo, portanto, a prioridade de numerar ou medir unidades. Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 69-70, grifo nosso).

Ademais, quanto ao objetivo do estudo, a pesquisa foi exploratória, pois “[...] visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 127) e também é descritiva, uma vez que “[...] expõe as características de uma determinada população ou fenômeno, demandando técnicas padronizadas de coleta de dados.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 127).

Quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa levantamento e estudo de caso. Em relação à primeira, fez-se um apanhado geral acerca de fontes e pesquisas realizados sobre o tema escolhido. Em relação à segunda fez-se um levantamento do perfil dos participantes da referida UPMA. A modalidade de pesquisa levantamento “[...] propõe a interrogação direta de pessoas.” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 128), grande parte dos levantamentos:

[...] não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Antes selecionamos, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação. As conclusões obtidas a partir dessa amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos. (GIL, 2010, p. 35).

E por último, fez-se um estudo de caso a fim de permitir o amplo e detalhado conhecimento acerca do tema que, no dizer de Prodanov e Freitas (2013, p. 60):

[...] consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência.

Desse modo, a partir das percepções dos policiais militares, bem como da ligação existente entre o fenômeno e sua análise científica, a pesquisa na modalidade supracitada fornece o melhor caminho para a discussão e tratamento dos resultados.

5.1.2 Local, universo e amostra da pesquisa

O local de pesquisa foi o 1º Regimento de Polícia Montada (1º RPMont) da Polícia Militar do Maranhão, localizado no Quartel do Comando Geral, em São Luís, no Maranhão.

A escolha dessa Unidade Policial Militar (UPM) foi motivada pela estrutura organizacional diferenciada no que diz respeito à sua atividade-fim, porquanto atua como tropa especializada para intervenção no controle de distúrbios civis, além da utilização do equino no policiamento urbano.

Na prática, para o policial integrar o Quadro Organizacional dessa UPM, deverá, em regra, concluir o Curso de Tropa Montada (CTMont), em uma carga horária intensa que exige muito além da capacidade física, mas também da exaustão mental e, muitas vezes, do estado espiritual. O universo trabalhado foi de oficiais e praças do 1º RPMont, com um total de 53 agentes ativos, e a dimensão da amostra foi 25%, isto é, 13 policiais militares. A amostragem foi não probabilística por conveniência, visto que não foi possível aferir a possibilidade de cada indivíduo ser selecionado para a amostra, bem como escolheu-se aqueles que estavam mais acessíveis e não por critério estatístico, devido à rotatividade dos policiais militares no 1º RPMont em relação ao serviço policial.

5.1.3 Técnicas de pesquisa, tratamento de dados e limitações

Antes da participação no estudo, os pesquisados foram convidados a participar, lavrando-se um Termo de Aceite (APÊNDICE A), com o objetivo de esclarecer a transparência e anonimato dos dados, sem fins lucrativos e/ou econômicos. A técnica selecionada foi o questionário (APÊNDICE B). Os dados foram reunidos por meio de formulário impresso, em entrevista no 1º RPMont. O tratamento dos dados aconteceu através de análise estatística expressa em gráficos e também por análise de conteúdo.

No que concerne à análise de conteúdo, subdividiu-se em três perspectivas: níveis de estresse e sua relação com a atividade policial militar; compreensão da espiritualidade na melhora da qualidade de vida; atuação da espiritualidade na prevenção do estresse – ressaltando as peculiaridades do efetivo empregado no 1º RPMont.

No tocante aos limites visualizados durante o exercício da pesquisa, em função da exiguidade do tempo, da logística, bem como da distração na construção das argumentações, algumas limitações podem ter sido levantadas, tais como: rapidez para conclusão de atividades ordinárias da UPM, divagações em função do ambiente laboral, entre outros. Contudo, esses dados permanecem “[...] muito mais adequados” e “[...] muito eficazes para problemas menos delicados.” (GIL, 2008, p. 56).

5.2 Análise e discussão dos resultados

Aqui, serão reveladas a análise e a discussão dos resultados, consecutivas às resoluções dos questionários disponibilizados de modo impresso aos participantes do 1º RPMont. O objetivo foi realizar uma triagem das respostas, classificando-as em grupos e categorias para análise, contemplando os propósitos definidos.

O anonimato dos informantes questionados foi preservado, nomeando-os por codificação para diferenciação de cada pesquisado, à guisa de exemplificação: Participante 1, Participante 2, paulatinamente, até o último participante. Na óptica qualitativa, utilizou-se trechos de algumas falas com o fito de subsidiar a pesquisa. Além disso, é indubitável que o questionário foi o instrumento utilizado para a orientação da pesquisa com o escopo de analisar as percepções dos policiais do 1º RPMont acerca da atuação da espiritualidade na prevenção do estresse e seus efeitos na qualidade de vida do policial militar.

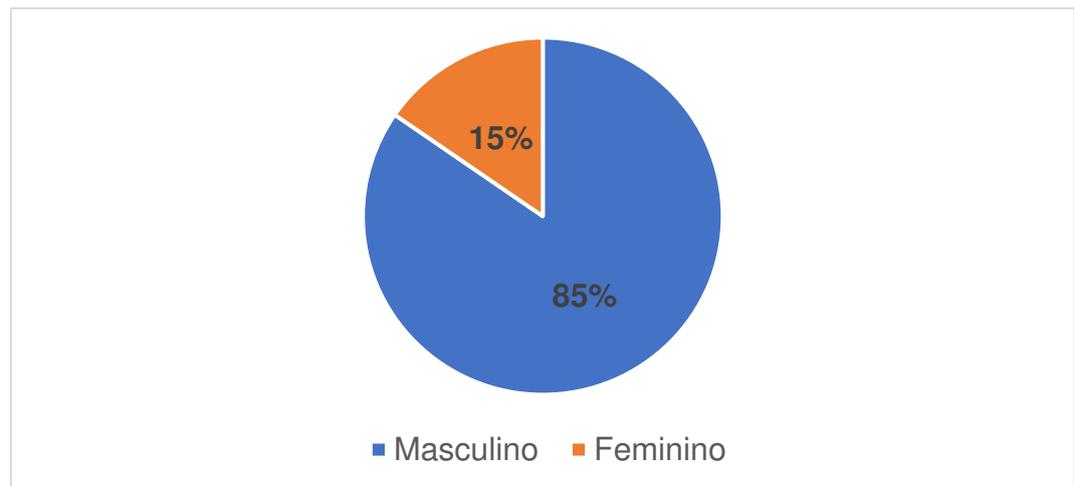
Empregou-se o gráfico como forma de expressão percentual quantitativa e a análise de conteúdo como expressão qualitativa. Ressalta-se que os títulos atribuídos aos gráficos dizem respeito às questões presentes no questionário. Desse modo, em primeira análise serão revelados os resultados quantitativos, representados pelos dados de identificação.

Em segunda análise, também será observada a presença de dados quantitativos e qualitativos, essa abordagem última sendo acompanhada de trechos de elocuições dos pesquisados. Portanto, a análise e discussão dos resultados surgem com o fulcro de satisfazer a parte qualitativa da pesquisa, proporcionando maior profundidade com o tema pesquisado.

5.2.1 Dados de identificação

As três primeiras perguntas serviram para classificar os pesquisados no que concerne ao sexo, ao nível de escolaridade e à religião a que fazem parte. Para tanto, far-se-á a exposição dos gráficos, revelando os percentuais em números, seguindo da análise e interpretação dessas informações.

Gráfico 1- Sexo

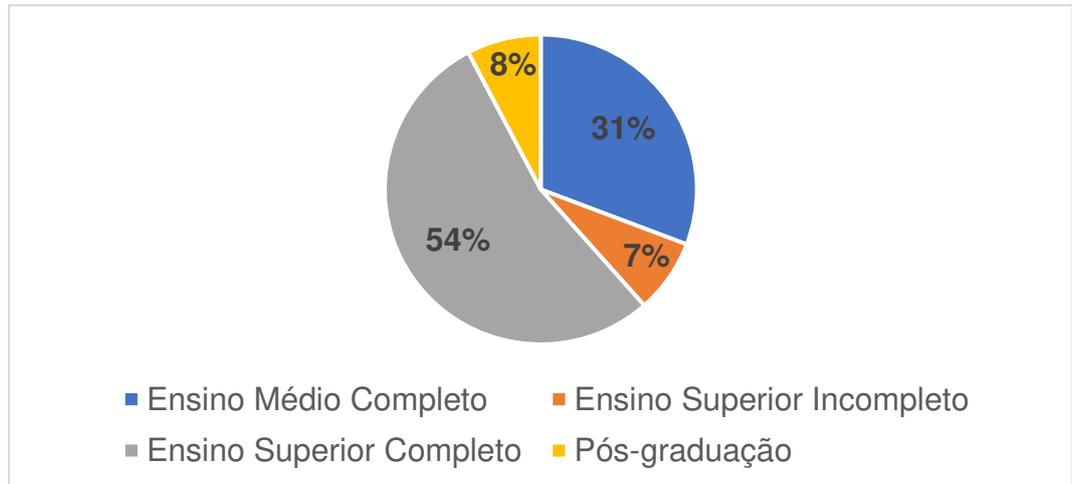


Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Mediante indicação do Gráfico 1, percebe-se que o público majoritário no 1º RPMont é do sexo masculino – parcela que representa 85% do total. Isso se dá em razão do quantitativo de vagas a candidatas do sexo feminino disponibilizado nos cursos de formação da PMMA (Curso de Formação de Oficiais e Curso de Formação de Soldados), que é de 10% segundo a legislação vigente, alterando-se somente no último edital publicado, porém, sem efeitos no quantitativo geral da corporação, assim como por ser uma tropa especializada que, para poder compor o efetivo da UPM, em regra, o servidor público deverá possuir um curso operacional, o CTMont.

Além disso, assevera-se que a estrutura demográfica no serviço público, é peculiar, mesmo possuindo mulheres como maioria, a realidade entre os servidores públicos militares é diferente, dada a natureza da atividade, além da tradição masculina relacionada ao quantitativo de militares no serviço ativo.

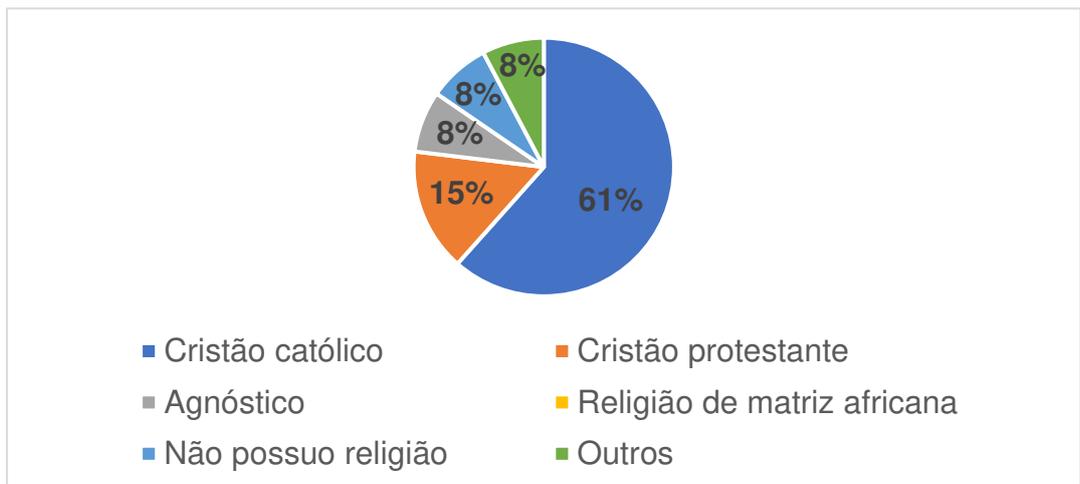
Gráfico 2 – Nível de escolaridade



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O Gráfico 2 exprime a divisão dos pesquisados em relação ao nível de escolaridade. Observa-se que a maior parte dos policiais militares (54%) possuem graduação superior, o que reflete a mudança de paradigma na formação intelectual dos servidores públicos brasileiros, e que além desses, outros já possuem pós-graduação (8%), isto é, com maior aprofundamento científico. Todavia, essa transição ainda está em curso, fato exemplificado pelo quantitativo de policiais militares que possuem somente a educação básica completa (31%) ou ainda estão em processo de graduação superior (7%).

Gráfico 3 – Religião dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O Gráfico 3 revela a caracterização do perfil religioso dos participantes, relacionando-se à religião que seguem. Verificou-se que a maioria dos pesquisados (61%) segue a matriz religiosa do cristianismo católico, o que possui fundamento no imaginário do povo brasileiro, uma vez que essa religião é predominante no Brasil. Seguindo-se dos cristãos protestantes (15%), cujo crescimento tem sido evidenciado nos últimos anos, que aparece também em consonância com a matriz religiosa brasileira, representada pelo público evangélico.

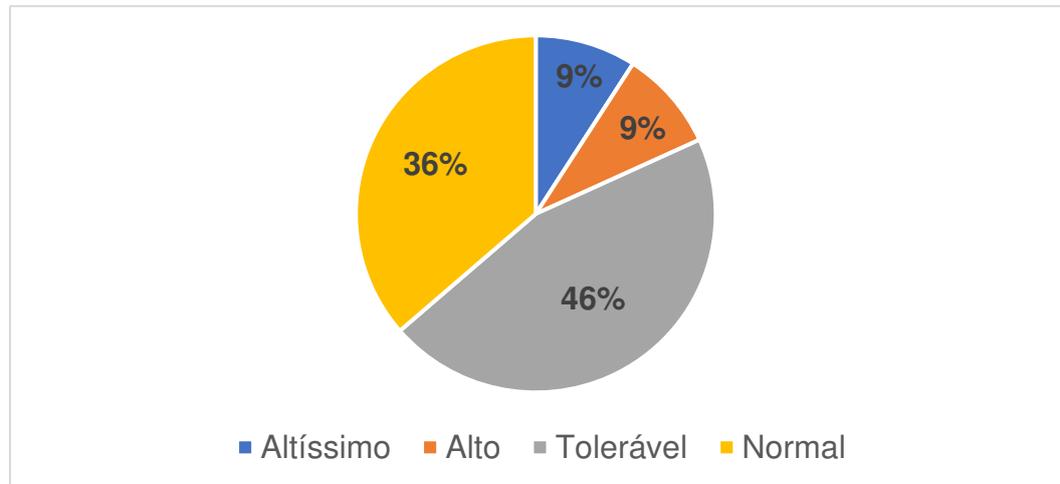
Outrossim, agnósticos (8%), outras religiões (8%) e sujeitos que não possuem religião (8%) integram juntos 24% do quantitativo de entrevistados, demonstrando a mudança de cosmovisão das grandes religiões ortodoxas para novas religiões, incluindo aqueles que não integram e/ou não frequentam alguma prática religiosa.

Ademais, não foi registrado pesquisados que seguissem alguma religião de matriz africana, mesmo o estado do Maranhão possuindo uma parcela significativa de indivíduos que mantêm o culto religioso afrodescendente em vigor.

5.2.2 Estresse, qualidade de vida e espiritualidade

Nessa óptica, serão expostos os resultados acerca da relação existente entre estresse, qualidade de vida e a atuação da espiritualidade. Conforme disposto anteriormente, o estresse ocupacional é um fenômeno frequente no cotidiano dos policiais militares e que, em muitos casos, culmina na Síndrome de *Burnout*, transtornos de depressão e ansiedade ou mesmo no suicídio. Nessa égide, pode-se afirmar que a espiritualidade age como um meio não farmacológico de prevenção ao estresse, tendo o usufruto em qualquer momento e em qualquer lugar, sobretudo, por meio da Capelania Militar – que oferece assistência espiritual gratuita aos agentes policiais da PMMA.

Gráfico 4 – Nível de estresse



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O Gráfico 4 revela o nível de estresse dos pesquisados a partir de uma percepção individual. Os dados apontam a prevalência de um nível latente de estresse (46%), contudo, em alguns casos, ele fica acima do tolerável, estando em alto (9%) ou em altíssimo (9%) nível. Em suma, 64% dos entrevistados possuem agentes estressores ativos nos seus organismos, fato que ratifica o que autor Brito *et al.* (2010, p. 69) fala:

O exercício da profissão de policial ou de guarda municipal leva esses indivíduos a enfrentar diariamente contingências de muito desgaste psicológico, pois precisam estar sempre prontos para proteger a sociedade, atentos para perceber qualquer situação de perigo e agir de forma preventiva, sem que haja perda do controle da situação.

Entretanto, uma porcentagem considerável compreende o seu nível de estresse normal (36%), fato exemplificado pela condição salutar da psiquê. Além disso, considera-se que o momento vivenciado pelos entrevistados diz muito sobre o nível de estresse.

Gráfico 5 – Nível da qualidade de vida



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No Gráfico 5, a qualidade de vida pode ser mensurada a partir da percepção dos policiais militares do 1º RPMont. Logo, se as necessidades estão sendo satisfeitas, ou se o caminho da felicidade e para a autorrealização estão sendo alcançados, tem-se uma boa qualidade de vida segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998). Nesse meandro, o percentual majoritário (92%) é composto por aqueles que visualizam sua qualidade de vida como satisfatória, fato que confirma o estresse latente observado nessa amostra. Ademais, outros a percebem como péssima (8%), já que o estresse em níveis elevados conjugado a fatores socioeconômicos, familiares, profissionais ou “[...] qualquer situação geradora de um estado emocional forte, que leve a uma quebra da homeostase interna e exija alguma adaptação, pode ser chamada de um estressor.” (RANGÉ, 2001, p. 280).

Entretanto, do quantitativo analisado, nenhum dos pesquisados considerou sua qualidade de vida excelente. Tal constatação é reflexo do estresse ocupacional, atrelado à atividade policial intensa que não satisfaz questões essenciais, tais como: condições de trabalho, realização profissional e condições salariais (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016).

Quando perguntados sobre a relação da atividade policial militar como elemento impulsionador do estresse, a resposta foi unânime ao afirmarem que o estresse está intrinsecamente ligado ao trabalho policial.

Sob essa égide, o **Participante 2** afirmou que “[...] sim, devido à carga de trabalho, vivendo à margem da sociedade, pressão psicológica por superiores e pela sociedade fica difícil, né? E a população não vê isso na gente, né? O estresse vem de qualquer jeito!”, revelando o trabalho como agente estressor que pode provocar até mesmo efeitos fisiológicos no indivíduo acometido. Ademais, o **Participante 4** afirmou:

Sim, primeiro a gente acumula várias funções administrativas, demandam prazo e bastante, assim, cuidado para entregar e trabalho, funções operacionais ligadas ao estresse, à questão de trabalho, o serviço em si é fatigante. Todo esse contexto pode ser um impulsionador de estresse e vai da parte pessoal, preferem se dedicar mais à atividade em si por causa da preocupação e da função que elas exercem, com pessoas que se dedicam mais ainda e são influenciadas na saúde.

O **Participante 6** corrobora tal parecer, afirmando que “[...] porque a gente vive em constante com uma demanda muito grande, na rua e na administração, no interno, porque a gente trabalha com a vida do outro, do outro policial, em conjunto”, assegurando que o estresse ocupacional é notório no meio policial militar, sobretudo, segundo adscrito:

A precarização das condições de trabalho pode ser proveniente dos equipamentos e instrumentos inadequados, da restrição de recursos orçamentários para a manutenção desses equipamentos, dos salários desproporcionais e da falta de capacitação profissional. Esses fatores acabam configurando um quadro desfavorável tanto para a eficiência do trabalho policial, quanto para a própria saúde dos PMs. (SILVA; VIEIRA, 2008, p.166).

No tocante à compreensão do que seja a espiritualidade por parte dos policiais militares, apenas dois entrevistados afirmaram não saber o que seja a espiritualidade de modo conceitual, porém, ressaltando a ideia, consoante o **Participante 2**, de que é “estar de bem com a vida.” Exemplo disso, o ser humano mesmo que não pratique ativamente uma religião, possui ideia de relacionamento com o que é transcendente, o sentimento *numinoso*.

Não obstante, a grande parcela de entrevistados disse compreender bem a definição de espiritualidade. Isso foi atestado pela expressão do **Participante 12** como sendo “[...] o encontro da pessoa com algo que está além da nossa vida aqui terrena”, ou mesmo na fala do **Participante 4**, definindo-a como “[...] um contexto amplo, [que] depende do que a pessoa acredita, relacionada ao bem-estar.” Essa conceituação perpassa a noção de Vaillant (2010, p. 5-6), expressando que:

A espiritualidade é como o amálgama de emoções positivas que nos une aos outros seres humanos e à nossa experiência com o divino, como quer que o concebamos, ela tem uma profunda base psicobiológica, uma realidade arraigada nas emoções humanas positivas que precisa ser mais bem compreendida. Amor, esperança, alegria, perdão, compaixão, fé, reverência e gratidão, são as emoções positivas espiritualmente importantes.

Outro fato relevante está ligado ao juízo crítico dos pesquisados, uma vez que demonstraram compreender a diferenciação entre espiritualidade e religiosidade. À guisa de exemplificação, o **Participante 3** ressalta que a espiritualidade “[...] na minha concepção, relacionada à crença e à forma como ela utiliza isso, é diferente de religiosidade ou religião, porque elas estão ligadas ao social e não tanto ao espiritual”, em consonância com a definição de religião expressa por Koenig (2012, p. 11):

Religião pode ser definida como um sistema de crenças e práticas observados por uma comunidade, apoiado por rituais que reconhecem, idolatram, comunicam-se com, ou aproximam-se do Sagrado, do Divino, de Deus (em culturas ocidentais), ou da Verdade Absoluta da Realidade, ou do nirvana (em culturas orientais). A religião normalmente se baseia em um conjunto de escrituras ou ensinamentos que descrevem o significado e o propósito do mundo, o lugar do indivíduo nele, as responsabilidades dos indivíduos uns com os outros e a natureza da vida após a morte.

Diante do questionamento a respeito da necessidade do exercício da espiritualidade para a melhora da qualidade de vida, os pesquisados, unanimemente, responderam de forma positiva, acreditando ser essencial para a produção de efeitos positivos na vida pessoal. Nessa égide, foi possível observar aqueles que são praticantes, vivenciando cotidianamente esse processo de melhoria da vida humana, tal como o **Pesquisado 4**, que afirmou:

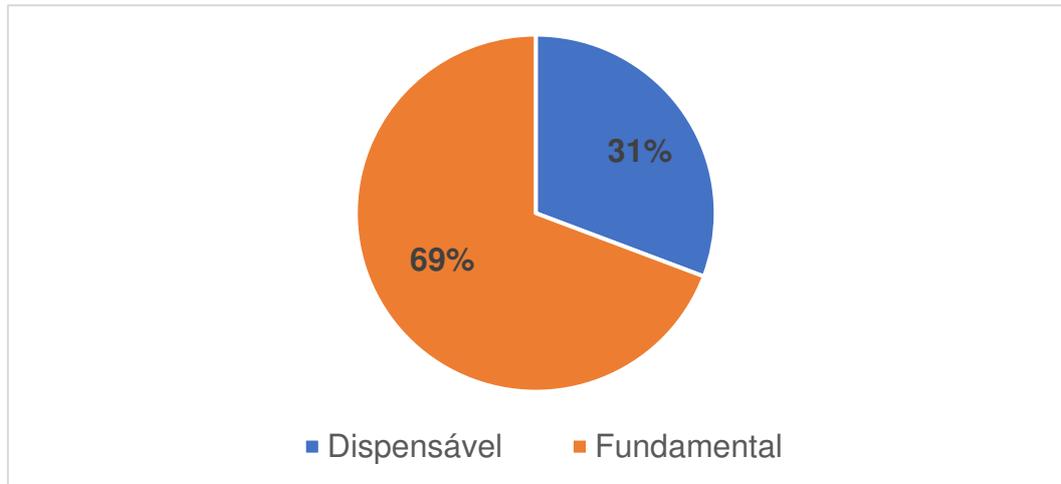
Sim, porque eu tenho uma base de catolicismo. A gente acredita que a gente tem um propósito, entra em um gráfico do bem-estar (família, lazer, trabalho e religião) e a espiritualidade, né? Ela está mais vinculada ao bem-estar individual. Nessa óptica, é necessário para o bem-estar individual, a família e o lazer estão relacionados a coletividade.

Na outra concepção, encontram-se aqueles que não são praticantes, contudo, têm a percepção clara dos benefícios atrelados a prática da espiritualidade.

Exemplo disso, o **Pesquisado 9** argumentou:

Porque [silêncio], existem dois fatores, um cristão protestante crê em Deus, ele acredita que seja necessário outros meios para se chegar a Deus, seria um meio de se aproximar de Deus para obedecer, ter a qualidade de vida, crer em Deus não se limita aos que estão na igreja todo dia. Aqueles que acreditam em Deus, de alguma forma, fazem uso da espiritualidade no dia a dia mesmo sem ir à igreja.

Gráfico 6 – Atuação da espiritualidade por meio da Capelania Militar



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O Gráfico 6 representa a percepção dos policiais militares do 1º RPMont diante da atuação da espiritualidade por intermédio da Capelania Militar da PMMA. É possível afirmar que a Capelania oferece assistência religiosa gratuita aos servidores públicos militares estaduais. Nesse cenário, a maior parte dos pesquisados (69%) respondeu que a participação da Capelania Militar é fundamental para o contato direto com a espiritualidade, além da participação formal em cerimônias militares, o que ratifica a ética do cuidado em exercício por esse grupo de religiosos na corporação PMMA:

O termo cuidado é entendido como o próprio ser da existência na sua capacidade de projetar-se a si mesmo e de poder-ser. Ou seja, justamente por estar-lançado, o seu exercício acontece através dos movimentos e projetos que se fazem no cotidiano da vida e das instituições. Palavras como precaução, diligência, carinho, zelo, responsabilidade, servem como descrição adjetivada para uma compreensão ôntica do termo. O termo dedicação lembra a qualidade de quem se dedica com abnegação, renunciando aos seus próprios interesses, inclusive os egoísticos. Um ser dedicado é aquele que denota uma afeição profunda pelo ente focado e se reconhece dependente e pertencente ao outro. (NOÉ, 2004, p. 17).

Em contrapartida, boa parte dos pesquisados (31%) disse achar dispensável a participação da Capelania Militar. Esse fator constitui uma mudança de paradigma do imaginário do sujeito contemporâneo, refletido na liberdade religiosa e da não imposição de práticas religiosas, conforme Soriano (2002, p. 12):

Assim sendo, o direito à liberdade religiosa, no sentido *latu sensu*, interessa tanto ao que crê quanto ao que não crê, porquanto crentes e descrentes são igualmente amparados pelo direito. Estes através da liberdade de crença e de consciência, ao passo que aqueles através da liberdade de consciência. Tais peculiaridades oferecem uma relevância adicional a essa liberdade pública.

Diante da indagação relativa à espiritualidade atuando na prevenção do estresse da tropa, os pesquisados foram uníssonos ao afirmarem que a prática da espiritualidade age, sim, na prevenção do estresse. A exemplo, o **Participante 7** afirmou que até no que tange a transtornos psicológicos, a espiritualidade foi um meio de alívio, posto que “[...] às vezes eu ‘tô’ em casa, para não pensar ‘besteira’ eu me apego a Deus, me ajuda também”, bem como o **Participante 4**, quando discorreu que:

A nossa tropa é laica, tendo sua opinião definida, mas é sempre bom a gente, claro, praticar esse bem-estar individual, essas palavras confortantes que direcionam, sim, para uma proximidade com Deus e comigo mesma. Além do que em vários momentos fiquei estressada e rezei a Deus. Isso ajuda muito, sabe?!

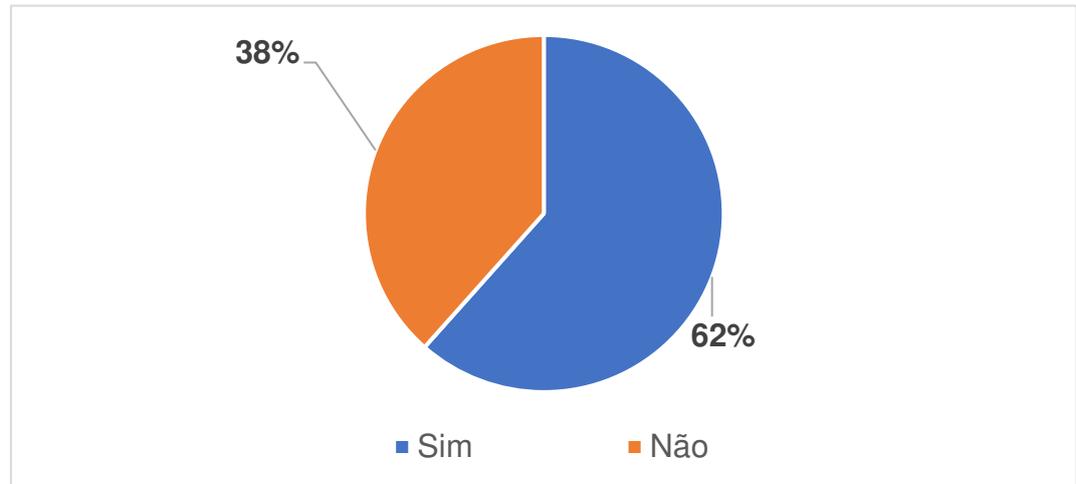
Essa informação confirma o que Torres (2009, p. 23) disserta:

Até mesmo a ciência tem comprovado a eficácia da fé para a saúde física e mental. Estudo recente realizado pela Universidade de Toronto, no Canadá, e publicado pela revista *Psychological Science*, mostra que a crença em Deus reduz a ansiedade e o estresse. O levantamento, feito com ateus e membros de diferentes religiões, mostrou que quem não tem uma crença apresenta uma menor atividade na região do córtex cingulado anterior – área do cérebro que regula a sensação de vigília e ansiedade diante dos desafios. Os religiosos se mostravam mais tranquilos e confiantes.

Dessa forma, a prevenção do estresse pode ocorrer por meio da influência da espiritualidade, agindo na conexão com o transcendente e intervindo em quadros ativos de agentes estressores, seja nas atividades operacionais, seja nas atividades administrativas.

Aliado a isso, “[...] as doenças relacionadas ao estresse, especialmente as cardiovasculares, como a hipertensão, o infarto do miocárdio e o derrame, [...] se beneficiam dos efeitos de uma espiritualidade bem desenvolvida.” (SAAD *apud* SORG, 2009, p. 76).

Gráfico 7 – Participação em curso operacional



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

No Gráfico 7 está exposto o quantitativo percentual, entre os pesquisados, de policiais que já participaram de algum curso operacional, quer voltado ao policiamento montado, quer voltado ao policiamento ostensivo especializado. De acordo com as informações, a maior parcela dos entrevistados (62%) já integraram algum curso operacional, já que, no contexto do 1º RPMont, constitui um pré-requisito para compor o efetivo da UPM, sobretudo, por ter contato com as peculiaridades atinentes a esse tipo de policiamento, devendo cumprir a carga horária mínima exigida, contemplando disciplinas como: Choque Montado, equitação, doma do equino, policiamento ostensivo montado, entre outros.

Todavia, por necessidade de policiais para a UPM, foi arbitrado que policiais militares sem o curso (38%) também poderiam integrar as fileiras do Regimento, ressaltando-se que, assim que surgisse edital específico para a consecução do curso, esses militares deveriam fazê-lo. A necessidade de classificar a amostra nesses dois grupos está relacionada ao exercício da espiritualidade durante essa etapa vivenciada, uma vez que esse processo exige, em proporções avassaladoras, o equilíbrio mental, físico e espiritual dos tentantes, segundo as observações de Turner (1974, p. 127):

Os ordálios e humilhações, com frequência de caráter grosseiramente fisiológicos, a que os neófitos são submetidos, representam em parte a destruição de uma condição anterior e, em parte, a têmpera da essência deles, a fim de prepará-los para enfrentar as novas responsabilidades e refreá-los de antemão, para não abusarem de seus novos privilégios. É preciso mostrar-lhes que, por si mesmos, são barro ou pó, simples matéria, cuja forma lhes é impressa pela sociedade

Diante daqueles que já participaram de algum curso operacional (62%), foi perguntado se, em algum momento, utilizaram-se da espiritualidade. Para tal questionamento, a resposta foi unânime ao dizerem “sim”. Exemplo disso, o **Participante 4** expressou que “[...] precisamos ter uma resiliência muito grande! Eu fui bem praticante da espiritualidade, mas como minha turma eram de pessoas bem receptivas (oração em conjunto) e um momento de oração, independente de tudo.”

Igualmente, o **Participante 10** declarou que “[...] demais! Com certeza! Tinha os momentos de pico, com picos de grande estresse, vontade de desistir durante o curso, não basta a parte [silêncio], a mental, ligado à espiritual. Foi em todo tempo! Deus estava comigo.” Assim, percebe-se que a espiritualidade atua diretamente nos momentos de crise, mormente, no rompimento dos próprios limites:

Também é necessário compreender que a espiritualidade, como aspecto da vida humana, está intimamente ligada à busca pela transcendência e superação dos limites e ambiguidades da própria vida. Por isso, a concepção da ideia de Deus representa também a idealização de uma presença comum a todas as formas de vida que está para além da finitude e da existência da própria vida como o ser humano a conhece. Nesse sentido, a espiritualidade seria o processo de desenvolvimento onde o ser humano se realiza na busca por essa transcendência e superação de seus próprios limites. (MENDES; PIEPER, 2020, p. 96).

Diante dos fatos supracitados, constatou-se que a espiritualidade tem a capacidade de ir além de uma simples prática religiosa, podendo proporcionar benefícios fisiológicos e psicológicos àqueles que fazem uso dela. Similarmente, averiguou-se que os pesquisados compreendem bem sua ação na prevenção do estresse, bem como entendem que a qualidade de vida também está relacionada à ligação com o *numinoso*. Tudo isso contribuiu para o aprofundamento científico desse meio não farmacológico de intervenção em problemas, transtornos e enfermidades pertinentes aos seres humanos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período hodierno, observa-se que a sociedade tem vivenciado cada vez mais problemas atrelados às atividades cotidianas, sobretudo, desenvolvendo problemas relacionados a condição salutar do indivíduo. Tal fato se reflete na incidência de transtornos psicológicos não importando o gênero, idade, condição social e nível de instrução.

Esse cenário se torna ainda mais complexo quando se analisa os profissionais da Segurança Pública, particularmente, os policiais militares. Homens e mulheres que possuem o dever constitucional de preservar a ordem pública através do policiamento ostensivo, a qualquer hora do dia ou da noite, em área urbana ou rural, sob o juramento de sacrificar a própria vida em razão da salvaguarda de direitos e garantias fundamentais previstos no ordenamento jurídico.

Inicialmente, notou-se que a atividade policial é extenuante e cansativa, já que lida diretamente com sujeitos em situação de marginalização, exclusão ou mesmo em condições peculiares que potencializam o cometimento de delitos, o que impulsiona a periculosidade dessa profissão. Nesse fulcro, percebeu-se que estatísticas comprovam a incidência de imbróglis ligados a saúde mental, urgindo que a pauta seja discutida, principalmente, por culminar, em muitos casos, no suicídio.

Com efeito, o presente trabalho acadêmico, cujo problema de pesquisa foi direcionado à espiritualidade, objetivou traçar um processo metodológico coerente para a consecução dos objetivos gerais e específicos nele contemplados. À guisa disso, a pesquisa levantamento, sob a perspectiva técnica de aplicação de questionário, contribuiu para a consolidação das percepções dos policiais militares do 1º RPMont.

Outrossim, o problema discutido também foi fundamentado na pesquisa bibliográfica, por intermédio de levantamento bibliográfico, para a compreensão do que é discutido entre os principais autores que tratam da espiritualidade no indivíduo e na sociedade. Exemplo disso, utilizou-se como referencial teórico: Boff (2001), Durkheim (2003), Jung (1978), Kivitz (2006), Otto (2007), Sheldrake (2005), Tillich (1984), entre outros. O juízo crítico desses autores contribuiu efetivamente para o aprofundamento teórico, bem como permitiu que a pesquisa fosse melhor subsidiada a partir de diferentes perspectivas quanto ao conceito da espiritualidade e seus impactos na vida humana.

Além disso, a pesquisa retratou o contexto vigente nas corporações militares, ao visualizar como ocorre a assistência espiritual, assim como se percebeu que existe um elo entre a espiritualidade e a qualidade de vida do policial militar. Todavia, o agente policial vive intensamente sob efeito do estresse ocupacional, proporcionado pela carga de trabalho degradante que, em muitos casos, produz efeitos fisiológicos, psicológicos e emocionais nesses indivíduos.

A partir de uma abordagem quantitativa, pôde-se mensurar o espaço amostral pesquisado. Nesse meandro, constatou-se que a parcela majoritária de policiais militares é do sexo masculino, além de que grande parte deles possui formação intelectual superior. Ademais, percebeu-se que o quantitativo de sujeitos que aderem a algum tipo de religião é quase absoluto, sendo o cristianismo católico a mais expressiva entre os pesquisados.

Todavia, notou-se que os policiais possuem níveis de estresse latente, resultando diretamente na qualidade de vida atestada na pesquisa, posto que nenhum pesquisado a considerava “excelente”. A mudança de paradigma quanto à atuação da Capelania Militar foi evidente, mormente, por muitos policiais a considerarem dispensável, em consonância com a liberdade religiosa positivada nas legislações brasileiras.

Em termos qualitativos, é possível assegurar que os participantes acreditam que a atividade policial militar é um elemento impulsionador do estresse. Compreendem também que a espiritualidade é necessária para a prevenção do estresse favorecendo melhorias para a qualidade de vida.

No tocante aos objetivos específicos, pode-se afirmar que todos foram atingidos. O primeiro teve como finalidade investigar as conexões existentes entre o estresse e a capacidade de reabilitação por meio da prática da espiritualidade. A explicação situa-se na seção 5.2.2, já que essa conexão é marcadamente presente, uma vez que o estresse ocupacional é intrínseco à atividade policial, porém, mediante o exercício da espiritualidade, é possível aferir uma melhora significativa da qualidade de vida, reduzindo os agentes estressores.

O segundo foi identificar a aplicação da espiritualidade ao cotidiano dos policiais do 1º RPMont. A explicação situa-se na seção 5.2.2, posto que, mesmo tratando-se de uma Unidade Especializada, os servidores públicos exercitavam a espiritualidade durante cursos operacionais, no serviço diário, em casa ou em templos religiosos. Além disso, a maioria dos pesquisados julga essencial o serviço da Capelania Militar na PMMA.

O terceiro buscou verificar a atuação da espiritualidade na prevenção do estresse. A explicação situa-se na seção 5.2.2, observando-se que todos os participantes constataram que a espiritualidade auxilia na prevenção do estresse, a partir de experiências individuais, bem como concordam que seus efeitos benéficos vão além do estresse ocupacional, chegando a intervir em transtornos psicológicos ativos.

Mediante fatos expostos, evidencia-se a atuação da espiritualidade na prevenção do estresse, bem como os seus efeitos na qualidade de vida do policial militar, em uma perspectiva analítica das percepções dos policiais do 1º RPMont acerca da dimensão espiritual e sua relação transcendente.

Destarte, é insofismável que o tema espiritualidade consiste em um elemento salutar à corporação PMMA, cuja atuação se dá por meio da Capelania Militar, em um âmbito de assistência religiosa e espiritual, sendo fulcral a expansão de atividades que não estejam limitadas a cerimônias militares, contudo, em ações rotineiras que potencializem os benefícios psicológicos e espirituais desse fenômeno.

Portanto, esta pesquisa acadêmica foi plausível em razão da acessibilidade ao material bibliográfico e à participação dos entrevistados na pesquisa levantamento. Refere-se a uma pauta contemporânea e de grande valia na sociedade como um todo, principalmente, nos termos da polícia militar brasileira. Desse modo, é essencial que mais pesquisadores estejam engajados com o tema, examinando-o a fundo com o escopo de produzirem novos estudos/pesquisas.

REFERÊNCIAS

- A BÍBLIA. **Abraão e Ló**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, 2008.
- AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- ALMEIDA, Marcelo Coelho. **A religião na caserna**: o papel do capelão militar. São Paulo: Mackenzie, 2006.
- ARRIEIRA, I. C. O. *et al.* O sentido do cuidado espiritual na integralidade da atenção em cuidados paliativos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 3, p. 1-9, 2017.
- BARROS, A. J. P. de; LEHFELD, N. A. de. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout: O processo de adoecer pelo trabalho**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BETTO, Frei; BOFF, Leonardo. **Mística e espiritualidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOFF, Leonardo. **Espiritualidade**: um caminho de transformação. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- BORGES, A. Polícia e Saúde: entrevista com o Diretor Geral de Saúde da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n.18, p. 677-679, 2013.
- BORRIELLO, L. *et al.* **Dicionário de mística**. São Paulo: Paulus, 2003.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981**. Dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6923.htm. Acesso em: 8 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.982, de 14 de julho de 2000**. Dispõe sobre a prestação de assistência religiosa nas entidades hospitalares públicas e privadas, bem como nos estabelecimentos prisionais civis e militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9982.htm. Acesso em: 8 set. 2022.
- BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.
- BRITO, D. V. C. *et al.* Avaliação de estresse em policiais militares. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 66-77, 2010.

CABRAL, Maria Fernanda. **Manter a qualidade de vida enquanto se luta para ganhar vida:** a vulnerabilidade dos técnicos do Projeto Acorde à síndrome de *burnout*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

DELBONI, Thais Helena. **Vencendo o stress:** como melhorar as condições de trabalho para viver melhor. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1997.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELYE, H. **Stress, a tensão da vida.** 2. ed. São Paulo: Ibrasa, 1959.

FREUDENBERGER, H. Staff burnout. **Journal of Social Issues**, n. 30, p. 159-165, 1974.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Irving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOULART, C. T.; GUIDO, L. A.; SILVA, R. M. Evolução histórica do conceito de estresse. **Sena Aires**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 148-156, jul./set. 2018.

GRENZ, Stanley J.; OLSON, Roger E. **Iniciação à teologia:** um convite ao estudo acerca de Deus e de sua relação com o ser humano. 2. ed. São Paulo: Editora Vida, 2006.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido:** a religião em movimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

IPEA/FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública Sumário.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

JUNG, Carl Gustav. **Psicologia e religião.** Petrópolis: Vozes, 1978.

JUNG, Carl Gustav. **Um mito moderno sobre coisas vistas no céu.** Petrópolis: Vozes, 1991.

KHOROL, Ivan S. Stress: as tensões e os desgastes da vida moderna. **O Correio da Unesco**, Rio de Janeiro, n.12, p. 4-9, dez.1975.

KIERKEGAARD, Søren. **O matrimônio.** Tradução de Lucélia Caravieri Temple. Campinas: Editorial Psy II, 1994.

KIVITZ, Ed René. **Espiritualidade no mundo corporativo: aproximações entre a prática religiosa e a vida profissional.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, 2006.

KOENIG, H. G. **Medicina, religião e saúde: o encontro da ciência e da espiritualidade.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIPP, M. E. N. **Inventário de sintomas do stress para adultos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

LOIOLA, Andrey Almeida. **Análise das condições de saúde dos policiais militares com incapacidade laboral no estado de Goiás.** Brasília, DF: Fiocruz, 2019.

MARANHÃO. **Lei N.º 6.513, de 30 de novembro de 1995.** Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Maranhão e dá outras providências. Disponível em: <https://cbm.ssp.ma.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Lei-n%C2%BA-6.513-de-30-de-novembro-de-1995-Estatuto-dos-Militares.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

MARANHÃO. **Lei nº 8.449 de 25 de agosto de 2006.** Dispõe sobre a criação de órgão na Polícia Militar do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em <http://https://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2130>. Acesso em: 8 set. 2022.

MARTIN, *et al.* Síndrome de burnout, estresse ocupacional e qualidade de vida entre trabalhadores da enfermagem. **Enfermería Global**, Murcia, n. 55, p. 355-365, jul. 2019.

MARZZONI, Davi N. S.; OLIVEIRA, Laize A.; FERREIRA, Antônio W. S. Análise sobre a Síndrome de *Burnout* em policiais militares do município de Marabá-PA. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, Rondonópolis, v. 5, n. 2, p. 50-64, maio./ago. 2021.

MENDES, Danilo; PIEPER, Frederico. **Religião em tempos de crise.** São Bernardo do Campo: Ambigrama, 2020.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: o que sabemos? **Dilemas: Revista de Estudos e Conflitos e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-18, jan./abr. 2016.

MORAES, Ana Paula Pacheco. **Stress, sintomas físicos, psicológicos e enfrentamento de situações estressoras em profissionais da saúde que atuam em hospitais.** Bauru: Faculdade de Ciências, 2012.

MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. **Espiritualidade & saúde mental: o desafio de reconhecer e integrar a espiritualidade no cuidado com nossos pacientes.** São Paulo: Zen Review, 2009.

MORERIA-ALMEIDA, Alexander; STROPPIA, André. **Espiritualidade & saúde mental**: importância e impacto da espiritualidade na saúde mental. São Paulo: Zen Review, 2009.

MUELLER, Enio; BEIMS, Robert W. **Fronteiras e interfaces**: o pensamento de Paul Tillich na perspectiva interdisciplinar. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

NOÉ, Sidnei Vilmar. **Espiritualidade e saúde**: da cura d'alma ao cuidado integral. 136. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 469-476, 2012.

OMS. **Promoción de la salud**: glosario. Genebra: OMS, 1998.

OTTO, Rudolf. **O sagrado**: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, EST; Petrópolis: Vozes, 2007.

PARGAMENT, K. I. **The psychology of religion and coping**: theory, research. São Paulo: Fundacentro, 1994.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANGÉ, B. **Psicoterapia cognitivo-comportamental**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ROBBINS, Stephen. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROSSI, Ana Maria. **Autocontrole**: nova maneira de controlar o estresse. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

RUBIM, Antonio Albino. Cultura, conexão, contemporaneidade. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 107-125, mar. 2007.

SANTOS, J. C.; SANTOS, M. L. Descrevendo o estresse. **Principia**, João Pessoa, n. 12, p.51-57, abr., 2005.

SANTOS, José Wellington; SITTA, Maria de Fátima. Espiritualidade: um ponto de equilíbrio para o estresse. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia da FAEF**, Garça, v. 34, n. 2, p. 1-14, nov., 2020.

SANTOS, Rosemary de O. Boffi; HAUER, Roseli D.; FURTADO, Tânia M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista Gestão & Saúde**, Brasília, DF, v.2, n. 20, p. 14-27, 2019.

- SHELDRAKE, Philip. **Espiritualidade e teologia**: vida cristã e fé trinitária. São Paulo: Paulinas, 2005.
- SILVA, A. M. B.; FOCH, G. F. L.; ENUMO, S. R. F. *Coping* religioso/espiritual: uma revisão de literatura (2003-2013). **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 53-71, 2017.
- SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.4, out./dez. 2008.
- SORG, Letícia. A fé que faz bem à saúde. **Época**, Rio de Janeiro, n. 566, 2009.
- SORIANO, Aldir Guedes. **Liberdade religiosa no direito constitucional**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
- SPROUL, R. C. **Somos todos teólogos**: uma introdução à teologia sistemática. São José dos Campos: Fiel, 2017.
- TILLICH, Paul. **Teologia sistemática**. São Paulo: Edições Paulinas; São Leopoldo, Editora Sinodal, 1984.
- TORRES, João Rafael. Reforma íntima. **Revista do Correio**, Brasília, DF, v. 27, n. 228, p. 22-27, set. 2009.
- TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VAILLANT, G.E. **Fé**: evidencias científicas. Barueri: Manole, 2010.
- VASCONCELOS, Anselmo Ferreira. **Espiritualidade no ambiente de trabalho**: dimensões, reflexões e desafios. São Paulo: Atlas, 2008.
- VASSÃO, Eleny. **No leito da enfermidade**. 3. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 1997.
- VIEIRA, Walmir. **Capelania escolar**: desafios e oportunidades. São Paulo: Rádio Trans Mundial, 2011.
- WISNER, A. **A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia**. São Paulo: Fundacentro, 1994.

APÊNDICE A – CARTA DE ACEITE

Prezado colaborador, solicito sua colaboração para responder à pesquisa acadêmica denominada: "A ATUAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NA PREVENÇÃO DO ESTRESSE E SEUS EFEITOS NA QUALIDADE DA VIDA POLICIAL MILITAR: uma análise sobre as percepções dos policiais do 1º Regimento de Polícia Montada", que se encontra sob minha responsabilidade, Paulo Sila da Silva Alves Junior, e sob a orientação da Profa. Ma. Maria de Fátima Ribeiro dos Santos. A pesquisa tem como objetivo fundamentar a construção de Trabalho de Conclusão de Curso, para a obtenção do título de bacharel em Segurança Pública pela Universidade Estadual do Maranhão e Academia de Polícia Militar "Gonçalves Dias".

Não haverá custo, bonificação ou remuneração para fazer parte da amostra deste estudo. Caso aceite participar, você deverá responder a esse formulário, fornecido a você por meio impresso, com dados relevantes para a compreensão do fenômeno em análise para a produção dessa pesquisa. O sigilo do entrevistado será mantido e em hipótese alguma será identificado. Todas as suas explicações serão examinadas juntamente com as dos demais integrantes.

A partir desses termos, ao participar, você concorda com a divulgação das informações coletadas relacionadas à sua participação nesse estudo. Outrossim, em qualquer ocasião o participante pode entrar em contato com o pesquisador a fim de pedir uma cópia deste termo de consentimento.

Contato: Paulo Sila da Silva Alves Junior, e-mail: contate.paulojunior@outlook.com.

Fone: 98 9-8205-7711.

Solicito sua colaboração e autorização para concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

- a) Li o TCLE e concordo em participar da pesquisa.
- b) Não concordo em participar da pesquisa.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Esse questionário objetiva amparar a construção de Trabalho de Conclusão de Curso denominado "A ATUAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NA PREVENÇÃO DO ESTRESSE E SEUS EFEITOS NA QUALIDADE DA VIDA POLICIAL MILITAR: uma análise sobre as percepções dos policiais do 1º Regimento de Polícia Montada" do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, com o fito de obter o grau de bacharel em Segurança Pública pela Universidade Estadual do Maranhão e Academia de Polícia Militar "Gonçalves Dias", com o escopo de investigar as percepções dos policiais do 1º Regimento de Polícia Montada (1º RPMont) sobre a atuação da espiritualidade na prevenção do estresse, assim como visualizando seus efeitos.

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 Qual o seu sexo?

Feminino ()

Masculino ()

1.2 Qual o seu nível de escolaridade?

Ensino médio completo ()

Ensino superior incompleto ()

Ensino superior completo ()

Pós-graduação ()

1.3 Qual sua religião?

Cristão católico ()

Cristão protestante ()

Agnóstico ()

Religião de matriz africana ()

Não possuo religião ()

Outros ()

2 ESTRESSE, QUALIDADE DE VIDA E ESPIRITUALIDADE

2.1 Como você considera o seu nível de estresse?

Altíssimo ()

Alto ()

Tolerável ()

Normal ()

2.2 Como você considera sua qualidade de vida?

Excelente ()

Satisfatória ()

Péssima ()

2.3 Você acredita que a atividade policial militar constitui um elemento impulsionador de estresse? Justifique.

2.4 Você compreende o que seja espiritualidade? Justifique.

2.5 Você julga necessário o exercício da espiritualidade para a melhora da qualidade de vida? Justifique.

2.6 Como você percebe a atuação da espiritualidade através da Capelania Militar em uma Unidade Especializada?

Fundamental ()

Dispensável ()

2.7 Você entende que a espiritualidade atua na prevenção do estresse da tropa? Justifique.

2.8 Você já participou de algum curso operacional?

Sim ()

Não ()

2.9 Caso a resposta anterior seja positiva, você utilizou da espiritualidade durante o curso?